



**Universidade Estadual da Paraíba
Campus III – Guarabira
Centro de Humanidades
Departamento de Educação
Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Isabel Romão Santos do Nascimento

A escola, o racismo institucional e ambiental: reflexões sobre Guarabira/PB

Guarabira - PB

2014

Isabel Romão Santos do Nascimento

A escola, o racismo institucional e ambiental: reflexões sobre Guarabira/PB

Monografia apresentada pela aluna Isabel Romão Santos do Nascimento, do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela UEPB – CH – Campus III – Guarabira, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ivonildes da Silva Fonseca

Guarabira

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244e Nascimento, Isabel Romão Santos do
A escola, o racismo institucional e ambiental: reflexões sobre
Guarabira/PB [manuscrito] : / Isabel Romao Santos Do
Nascimento. - 2014.
68 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Ivoniides da Silva Fonseca, Departamento de
Educação".

1. Racismo Ambiental. 2. Gestão Escolar. 3. Metodologia.
I. Título.

21. ed. CDD 370.2

Isabel Romão Santos do Nascimento

A escola, o racismo institucional e ambiental: reflexões sobre Guarabira/PB

Aprovada em: 11 / junho / 2014

BANCA EXAMINADORA:

Ivonildes da Silva Fonseca

Dra. Ivonildes da Silva Fonseca / UEPB
Orientadora

Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante / UEPB
Examinadora

Waldeci Ferreira Chagas

Dr. Waldeci Ferreira Chagas / UEPB
Examinador

Martinho Guedes dos Santos Neto.

Dr. Martinho Guedes dos S. Neto / UEPB
Examinador

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu esposo, Euzébio Pereira do Nascimento, (professor) *in memoriam*, aos meus filhos Isaac Santos, Ismael Santos, e à minha filha Izabely Ester. Por eles e por ela me dediquei e enfrentei as dificuldades surgidas no processo da graduação, para que pudesse contribuir no ensino-aprendizagem de cada um/a dos meus filhos/filha. Dedicado também ao meu pai Severino Matias dos Santos e à minha mãe Maria Romão dos Santos, que com muito entusiasmo propaga minha formação acadêmica na Instituição – UEPB.

Agradecimentos

Para realização deste trabalho recebi em primeiro lugar o apoio de Deus e da Virgem Maria – Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, que me concedeu a capacidade de entendimento e coragem para enfrentar os desafios vividos durante o percurso da graduação.

Quero referenciar ao meu esposo Euzébio Pereira do Nascimento (professor), *in memoriam*, que esperava com alegria e entusiasmo por este trabalho, mas que não foi possível sua presença física em nosso meio neste momento. Muitas saudades. Rogo para que Deus o tenha acolhido em sua morada celestial.

Aos meus filhos, Isaac Santos, que muito nos alegra por também estar na academia, e que assim como eu, segue no processo de finalização do seu Curso em Construção de Edifício. A Ismael Santos, por ter me auxiliado nas orientações sobre as novas tecnologias para que pudesse desenvolver meus trabalhos acadêmicos. À minha filha Izabely Ester, que muitas vezes me acompanhou na realização das atividades pedagógicas.

A importante contribuição e amizade de todos/as os/as meus/minhas professores/as da UEPB, Campus III, Guarabira, na mediação e reflexão dos trabalhos desenvolvidos e executados dentro e fora da academia.

Gratidão à diletta Professora, amiga, mãe e orientadora Doutora Ivonildes da Silva Fonseca, que muito me inspirou com sua postura ética, para a condução deste trabalho.

Nascemos para manifestar a glória do Universo que está dentro de nós. Não está em apenas um de nós: está em todos nós. E conforme deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo. E conforme nos libertamos do nosso medo, nossa presença, automaticamente, liberta os outros. (Nelson Mandela).

Resumo

O trabalho apresentado trata de questões sobre o racismo institucional e ambiental, o preconceito, além de indicar especial atenção às metodologias curriculares e a gestão escolar. A pesquisa se desenvolveu a partir das observações realizadas em sala do 5º ano do ensino fundamental em uma escola do município de Guarabira. Neste trabalho são apresentadas experiências vividas em sala de aula, na condição de aluna bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) – UEPB, bem como situações da rotina escolar do/a aluno/a tanto dentro da sala de aula, como em todo espaço físico da escola. O PIBID é do Ministério da Educação, gerenciado pela (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem por objetivo elevar a qualidade e a valorização do ensino e a aprendizagem dos discentes, sobretudo da escola pública. Obtivemos resultados satisfatórios e positivos quanto à aprendizagem intelectual dos educandos. O trabalho é uma Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia. As problemáticas ora questionadas nesta monografia, são de ordens relevantes, e algumas escolas não as consideram como tal, e portanto, ignora-se atitudes de agressões, deixando-as ser entendidas como brincadeiras e ou futilidades. O trabalho trata da discussão sobre o racismo ambiental e institucional tomando por base, alguns elementos funcionais de uma escola pública na cidade de Guarabira. A pesquisa foi de natureza qualitativa, em que a técnica de observação desenvolvida durante minha atuação enquanto bolsista do PIBID foi exercitada. Além da observação, utilizei atividades escritas de perguntas e respostas, tanto com os/as educandos/as quanto com alguns familiares. Neste trabalho, reitero a necessidade de uma articulação da metodologia de ensino e da gestão escolar com a realidade local, pois desta forma o fortalecimento do processo de cidadania relevando, inclusive a valorização das populações negras e indígenas, enquanto partes importantes da composição do Brasil desde a sua formação. O estudo realizado tem como objetivo divulgar a História do povo negro pobre e indígenas, que foram e ainda são excluídos, marginalizados, discriminados por preconceitos estigmatizados por uma parte da sociedade, que infelizmente desconsidera as contribuições e competências desses povos que fizeram e fazem parte da nossa história. Não há raça superior, o que existe são pessoas que discriminam e desrespeitam o Outro. Não podemos esquecer que vivemos em um país racista e preconceituoso. É necessário pensar na alteridade e não no austero, a flexibilidade nos condiciona a uma harmoniosa e respeitosa convivência.

Palavras-chave: Racismo Ambiental e Institucional. Cultura. Metodologia. Ensino. Currículo. Gestão Escolar.

Lista de Fotos

Foto 1 - Avenida Dom Pedro II no Centro de Guarabira	44
Foto 2 - Rua sem infraestrutura e sem saneamento básico no bairro da Primavera.....	45
Foto 3 - Esgoto a céu aberto no bairro da Primavera.....	46
Foto 4 - Rua ao lado com boa infraestrutura (calçamento, saneamento básico e bem iluminada) no bairro da Primavera.....	46
Foto 5 - Esgoto a céu aberto no bairro da Primavera.....	47
Foto 6 - Grades improvisadas para proteção no bairro da Primavera.....	48
Foto 7 - Grades improvisadas para proteção no bairro da Primavera.....	48
Foto 8 - Água empoçada no conjunto João Cassimiro.....	49
Foto 9 - Assoreamento do Rio Guarabira no bairro Santa Terezinha.....	50
Foto 10 - Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Cordeiro.....	50
Foto 11 - Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Nordeste.....	51
Foto 12 - Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no Centro da cidade.....	51
Foto 13 - Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Cordeiro.....	52
Foto 14 - Lixo e metralha próximo a construções residenciais no bairro do Rosário.....	53
Foto 15 - Lixo e metralha próximo a residências no bairro da Primavera.....	54

Sumário

Introdução.....	10
1 – A Metodologia de Ensino e a Valorização Étnica.....	15
2 – As Faces do Racismo na Escola.....	21
2.1 - Discutindo o Racismo Ambiental e Institucional.....	26
2.1.1 – O Racismo Ambiental.....	26
2.1.2 – O Racismo Institucional.....	34
2.2- A cidade de Guarabira e a problemática ambiental.....	43
3 – Gestão Escolar e Currículo na prática ao respeito à diversidade étnica.....	56
Considerações finais.....	61
Referências.....	63

Introdução

Este trabalho foi produzido a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas em uma escola pública estadual do município paraibano de Guarabira, quando lá estava como aluna da UEPB e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O PIBID¹ é um Programa do Ministério da Educação, que é gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e tem como objetivo fomentar a formação profissional de professores para o exercício na área da educação. Além de incentivar a docência, o PIBID também tem como intenção alavancar a qualidade do ensino-aprendizagem dos/as alunos/as, sobretudo da escola pública, provocando-os/as a enfrentar desafios, e ao mesmo tempo estimulando-os/as à autonomia, que os/as farão resolver situações problemas e simultaneamente os/as ensinam a viver com dignidade e respeito na sociedade.

Para o exercício das atividades, realizamos reuniões para planejamentos das atividades, observações dentro da escola e na sala de aula, além de pesquisas teóricas. Foi possível participar e contribuir com as experiências metodológicas, práticas pedagógicas inovadoras, assim como fazendo uso dos recursos tecnológicos, de modo interdisciplinar, na busca pela superação de algumas problemáticas identificadas no processo de ensino-aprendizagem dentro da escola, de modo especial dentro da sala de aula, onde se desenvolveram as práticas educativas pedagógicas inovadoras.

As práticas eram previamente planejadas e discutidas para que pudessem ser aplicadas e desenvolvidas com os/as alunos/as. Aglutinando as observações, as práticas pedagógicas e as experiências, pretendia-se contribuir para o desenvolvimento de uma gestão educacional escolar participativa, integradora, socializadora que permitisse um processo educativo de ensino integral.

Estando na escola do município de Guarabira, na condição de aluna bolsista, desenvolvi atividades sobre temas que tratavam das diversidades e formação para a cidadania. Minhas observações nessa escola foram decisivas para que eu escrevesse sobre a necessidade de trazer para as salas de aula temas que façam os/as alunos/as a pensarem e a conhecerem a sua própria realidade.

Com olhar de pesquisadora busquei encontrar na escola trabalhos educativos e conscientizadores, que sejam formadores de cidadãos/ãs integral, crítico e reflexivo,

¹ PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

ensinando nas perspectivas das diversidades e desigualdades sociais, não os identifiquei na escola por inteira. Identifiquei que uma ou outra professora desenvolvia atividades pontuais. Assim, entendo que os/as estudantes negras/os desconhecem a sua condição desigual na sociedade, porque a metodologia de ensino e currículo são distantes da realidade do/a educando/a.

Um certo dia, após ter preparado algumas atividades para reflexão, identifiquei o desconhecimento sobre questões sociais. Não havia naquela escola uma metodologia que trouxesse para a sala de aula essas discussões. O que se fazia era desenvolver conteúdos programáticos para se seguir fielmente na sequência em que aparecem no livro didático. Desta forma como ficará a realidade vivida por cada aluno/a? Desconhecida e desvalorizada? As discussões as quais me refiro, é evidente que deverão ser feitas com observância da organização escolar.

Quando solicitados a escrever ou até mesmo a falar, a respeito das desigualdades sociais, preconceitos ou racismo, percebi que o assunto ora tratado, era entendido pelos/as alunos/as como normal, natural e que, na visão dos/as alunos/as, esses se dão pelo fato de que, “pobre é assim mesmo”. Viver passando necessidades, morar em lugares afastado dos centros urbanos, não usufruir dos direitos das políticas públicas, é aceito “aparentemente” com tranquilidade pelos/as estudantes.

Entretanto, quando instigados à reflexão, compreendi que as crianças, adolescentes apresentavam o desejo de se expor, de posicionar-se de maneira crítica, mas a metodologia adotada pela escola é alheia ao processo. As metodologias de ensino descontextualizadas, ainda são adotadas e praticadas por alguns/as educadores/as nas escolas, sobretudo nas escolas públicas. Os/as alunos/as devem receber informações que os façam pessoas autônomas e que não percam a autoestima, não neguem sua identidade, seu valor cultural, e que não se sintam inferiores, pensando que sua condição social é de menos merecedores. As crianças, que já eram adolescentes se enxergam como se houvesse espaços na sociedade já determinados para elas, e por algumas vezes pude perceber que isso as inquietavam, mas não sabiam expressar essa indignação, e outras não se davam conta dessa problemática social.

Tenho identificado na literatura científica, em letras de músicas e nas observações em sala de aula, que os/as negros/as pobres, recebem menos atenção por parte daqueles que trabalham nas instituições públicas, e também constatei que os mesmos moram em lugares insalubres, de risco ambiental e de difícil acesso, e assim me atendo à cidade de Guarabira.

Na cidade de Guarabira, segundo o censo de 2010 do IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250630>) registrou-se uma população de 55.326 habitantes com uma estimativa para 2013 de 57.383 habitantes. A composição étnica é formada por pessoas negras e não negras, tendo a sua população negra pobre morando nos arredores dos centros urbanos, nos terrenos alagados, em barrancos, em áreas íngremes, ou aproximados de rios assoreados e sem infraestrutura.

A população excluída socialmente além de estarem distantes dos benefícios sociais ditados como direitos de todos, como por exemplo, as escolas e as unidades de saúde básica quando usufruem do atendimento escolar, são escolas sem o mínimo de conforto, sem infraestrutura e sem apoio pedagógico, desrespeitando assim o ser cidadão/cidadã. O mesmo ocorre quando tratamos das causas de saúde pública: as pessoas negras pobres não recebem o devido atendimento nas instituições de saúde, sejam homens, mulheres ou crianças. Será que por ser negro/a e pobre tem que viver de modo desumano? Será que por ter essa condição social se faz necessário desconhecer dos seus direitos? Ou serão esses direitos subtraídos dos negro/as pobres?

Assim, nessa fase de final de graduação em Pedagogia, interrogo se a escola trabalha uma metodologia de ensino que leve o ser humano para refletir sobre a sua própria vida? sobre sua condição social? Na escola, a professora trabalha esse aspecto da vida das/os alunas/os? E a gestão escolar que postura adota?

As/Os negros/as pobres são postos para morarem distantes das elites da sociedade, para que não as incomodem. Os que se dizem ricos/as brancos/as usam negros/as para explorá-los/as. E quando assim desejam, já sabem onde encontrá-los. Oferecem-lhes migalhas, restos e de forma permanente usam palavras que querem soar como elogios, mas implicitamente trazem mecanismos de restrição social e muitas outras vezes, reproduzem a ideologia do Branqueamento, e assim, impedem o processo de construção ou afirmação da identidade étnica negra. Essas minhas afirmações são exemplificadas por frases que são repetidas:

“Você é mesmo que ser da nossa família.” “Confio minha casa e minha família a você.” “Você tem um coração de branco/a.” “Você é um negro/a branco/a.” “É o irmão/ã que não tive.” “É um negro/a de alma branca.” E por aí se seguem...

A sociedade ainda mantém algumas práticas que oprimem e hostilizam a população negra pobre. Essas práticas são visíveis para algumas pessoas e invisíveis aos olhos de outras, especialmente dos/as explorados/as. As necessidades dos negros/as pobres são tão urgentes que infelizmente, muitas vezes se contentam com qualquer coisa oferecida. Em Guarabira,

esse povo tem suas moradias construídas de modo improvisado, são casebres, barracos ou porões. O material de construção das suas casas são restos de madeirite ou papelão. Os programas sociais de moradia nem sempre chegam para esse povo, e se vêm, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, as autoridades municipais não cuidam de informar a população, de formular políticas de incentivo.

Nesta monografia foram observadas questões como: metodologia de ensino adotada na escola, o currículo, tratamento oferecido aos estudantes, em especial ao/a aluno/a negro/a pobre tomando como conceitos centrais à discussão: o racismo ambiental e institucional.

O objetivo delineado foi o de que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos/as educandos/as, colocando em evidência o racismo, de modo particular o racismo ambiental e institucional e assim divulgar na sociedade que a população negra pobre ainda é excluída, explorada e escravizada de modos diferentes, e que podemos denominar de “novo escravismo”. Não se escraviza, explora, exclui e castiga, apenas com correntes, focinheiras, chicotes e ferraduras com fogo. Há certos jeitinhos que geram tudo isso, e culminam em preconceitos e racismos.

Para dar conta da minha investigação além dos conceitos chave (Racismo Ambiental e institucional) adotei os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa que consistiram da técnica de Observação e da aplicação de Questionários (constaram de cinco questões, contemplando a metodologia de ensino em uma escola pública, questionando o racismo, o preconceito, escravismo e exclusão). Observei os conteúdos adotados nas escolas, caracterizei o espaço físico e de infraestrutura das escolas e descrevi também o espaço de moradia de estudantes negros/as pobres.

Das leituras, selecionei as que tratavam da escola em uma abordagem histórico-social e também utilizei como base a Escola de Chicago que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small.

No início do século XX inaugurou-se um novo campo de pesquisas direcionado para investigar os fenômenos sociais por um novo método de pesquisa. Os fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano e por esse dado, sobretudo por esse dado iniciei a minha pesquisa. Visto que após esse método foi possível ser identificado e enfrentado diversas questões sociais, segundo (Matosinho, 2012), nos anos “20 e 30”. Tal abordagem pode ser vista na Tese de Chagas (As singularidades da modernização na Cidade da Parayba, nas décadas de

1910 a 1930), ao reconstituir a urbanização na Cidade da Parayba nas citadas décadas. Uma pesquisa não se consolida por invenção, mas por acontecimentos provados por meio de documentos escritos, analisados, observados e/ou depoimentos, e ainda objetos, sendo assim possível conhecer a relação que se dá entre o cidadão/cidadã, a sociedade e o meio ambiente. Foi uma inovação que incorporava como dados à pesquisa, cartas pessoais, autobiografias, histórias de vida, monografias sobre bairros. Esses permitiam um conhecimento direto da realidade humana social. (MATOSINHO, 2012).

O autor (Matosinho, 2012) faz referência dizendo que [...] “o conhecimento faz parte da vida prática das pessoas”. E portanto ele (o conhecimento) é construído socialmente, as pessoas vão construindo ao longo da vida. Temos que entender que estes não ocorrem por um único acontecimento, e sim, por vários fenômenos, conforme (Matosinho, 2012) [...] “a causa de um fenômeno social ou individual nunca é apenas outro fenômeno social ou individual, mas é sempre uma combinação dos dois”.

Assim, estruturei este trabalho em 03 capítulos. O primeiro, denominado A Metodologia de Ensino e a Valorização Étnica discuto a necessidade de uma metodologia articulada à realidade social dos/as alunos/as; no segundo, As faces do racismo na escola , apresento as modalidades de racismo, focando no racismo ambiental e institucional, e trazendo o exemplo da cidade de Guarabira. Por fim, no terceiro aponto a importância da gestão escolar e do currículo no trabalho que valorize a diversidade étnica.

1 – A Metodologia de Ensino e a Valorização Étnica

“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes”.

(Paulo Freire)

Trabalhar na escola uma metodologia inovadora é uma prática defendida por muitos teóricos. A Escola é um espaço social formado por diversidades. Ninguém é igual a ninguém. Todos/as são diferentes. É preciso que se tratem essas questões com dignidade e respeito. E essa consideração não deve ser comunicada por parte ou fase, afinal na escola o sujeito aluno/a não é apenas um pedaço ou parte de um ser, mas um ser integral, completo, que tem seus valores, conforme o autor:

O valor é alguma coisa que está presente em nossa vida cotidiana. Caracterizando os valores a partir da realidade humana, quis dizer que os valores não existem independentemente do homem, só que o homem deverá ser considerado como uma realidade concreta e, enquanto realidade concreta, ele é uma totalidade que não pode ser reduzida ao seu aspecto subjetivo, individual (que deu origem à corrente do psicologismo axiológico), nem pode ser reduzido ao aspecto intelectual, como o racionalismo o fez, dando origem à corrente do logicismo axiológico. (SAVIANI, 1996, p. 42).

Tomando a citação para refletir o que fica e evidente é que os valores predominantes na escola são eurocêntricos, é como se os/as negros/as fossem seres dispensáveis e sem qualquer significado para a formação de qualquer sociedade. E mais, desconsideram-se as contribuições dos/as negros/as e dos/as indígenas, como desnecessárias, sem importância. Assim é que alguns livros didáticos trazem em seus conteúdos pequenos textos e curtas informações a respeito dos valorosos povos negros e indígenas. E por estas observações feitas por muitos docentes é que a Lei 9394/96 LDBEN, sofreu alterações, pela Lei 10.639/03 sancionada pelo então Presidente da República do Brasil, sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003. Vejamos o que diz esta Lei, para que seja possível o entendimento das modificações da LDBEN.

LEI Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.

Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.”

E mesmo com a obrigação dos conteúdos nas escolas, para implementar o estudo da história da África e a Cultura Afro-brasileira, pela Lei 10.639/03, verificou-se que antes desta lei não se considerava a história, a cultura e a contribuição dos indígenas para a formação social, econômica e política nacional, apenas do povo Africano e Afro-brasileiro. E os indígenas? Eles também foram tratados de modo desumano e injustiçados. O povo indígena precisava ser considerado como formadores e colaboradores importantes da nossa sociedade. Isso porque durante longos anos, a escola manteve uma metodologia que adotada apenas comemorações folclóricas, festivas, lembrando dos indígenas como pessoas, sem saber ou violentas, e/ou pessoas que gostavam de se enfeitar, e só viviam nas matas. Essa prática metodológica foi gerando uma continuidade de desvalorização dos indígenas, e por consequência desconsidera-se a cultura desse povo. Essa prática contribui para que as crianças descendentes de indígenas se percebam como pessoas menos merecedoras, e adotam para suas vidas diminuição enquanto cidadão/cidadã da sociedade, com deveres, mas com direitos que lhes são omitidos até conhecer.

Se na escola não há uma metodologia emancipadora, as crianças que são descendentes do povo indígena não se enxergarão como pessoas capazes, autênticas e com direito de igualdade perante a lei. Uma sala de aula e a escola não se constituem de pessoas com única história, mas pessoas com histórias particulares, que devem ser respeitadas, e acreditar apenas em uma metodologia de ensino, não parecia ser algo seguro, era necessário uma Lei que

assegurasse o reconhecimento do povo indígena e forma obrigatória. Dentro da sala de aula e na escola, cada indivíduo/a carrega sua história familiar particularizada e não uniformizada.

Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). (HALL, 2001, p. 88).

Essas questões de preconceitos e racismo são vistos e tratados com desconsideração por alguns docentes que não percebem ou não entendem a imprescindibilidade de discutir questões dessa natureza, até porque a metodologia escolar e sua prática, não entendem como sendo necessário ensinar e aprender sobre o assunto. Trazer essas situações e questões para as salas de aula, pondo-as como real e não como invisível e falar de modo superficial não trará benefício algum para a formação do cidadão/cidadã. Ao ser mencionado tal assunto é mais valioso falar do cidadão/cidadã completo, não apenas alguns informes pequenos e curtos que se estendem a longas décadas ou séculos, considerando apenas maus-tratos de alguns homens, mulheres e crianças negros/as. Mas pouco se fala em estudar a cultura e contribuição dos indígenas. Criou-se a Lei nº 11.645/08, que considera e acrescenta em seu Artigo 26-A, os parágrafos § 1º e § 2º, o estudo obrigatório sobre os indígenas e ressalta sua contribuição para a formação social, econômica e política do país, conforme LDBEN, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Com essa garantia legal acerca da necessidade de conhecer o contexto histórico da nossa sociedade, poderemos conhecer e estudar a nossa própria história, a história dos nossos/as alunos/as em sala de aula, visto que eles/elas não são seres isolados, e sim, sociáveis. Esse estudo deverá se desenvolver a partir de uma ponte entre o passado e o presente, sempre fazendo análise, colocando em questão os “porquês”. Essa atitude remeterá à reflexão sobre direitos que são disponíveis para alguns e subtraídos de muitos. Por exemplo, como entender a moradia de algumas pessoas negras/pobres em lugares insalubres e tão distantes dos postos de atendimento dos serviços públicos, sobretudo de educação e saúde. Segundo Lima (2013, p.302): “Claro que a lei não basta. Nenhuma medida legal é suficiente, se não nos debruçarmos sobre ela para refletir e se não nos engajarmos na sua execução.”

Na escola deve haver a oportunidade de expressão dos/as estudantes, voltada para a formação cidadã, de modo a desconstruir a imagem estigmatizada do povo negro/pobre e indígena. No imaginário social, tudo que tem menos valor e apresenta-se difícil, é destinado ao povo negro/pobre e indígenas, de forma arbitrária essa prática vem sendo usada em algumas metodologias pedagógicas, e desta feita, nega-se o direito de conhecer e de valorização da cultura de cada aluno/a que forma o corpo discente. Diante de tamanho desrespeito gerou-se conceitos medíocres, e em um dado momento social, certa parcialidade de aceitação.

A função exercida por uma metodologia educativa inovadora, e a prática posta em exercício pelos/as educadores/as é preponderante para desmistificar e desconstruir essa aceitação de pessoas menos merecedoras ou não gente. Negros/as pobres e indígenas têm direito de morar com dignidade, receber os benefícios das políticas públicas e serem reconhecidos/as como cidadãos e cidadãs que construíram e constroem a história da sociedade.

A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade,

diálogo no cotidiano; é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social. (BRASIL. SEF. 1998, p. 129).

Os/as alunas devem se perceber como pessoas que fazem parte de uma sociedade, cada um/a com sua contribuição. O ensino deverá tomar uma dimensão emancipadora (tornar o/a aluno/a independente, libertado/a de preconceitos estigmatizados por alguns que fazem parte da sociedade), e que forme pessoas reflexivas e críticas, conhecedoras dos seus direitos e deveres, mas que possam desfrutar com direito de igualdade dos bens sociais, sem preconceitos. Morar geograficamente distante dos lugares ditos nobres, não significa retirar direitos conferidos para viver com dignidade. Não é digno querer negar a história e cultura de um povo em razão de supervalorizar uma cultura desejada por outrem. Justo é ampliar o conhecimento dos/as alunos/as trabalhando as diversidades.

Os aspectos históricos e geográficos expõem uma diversidade regional marcada pela desigualdade, do ponto de vista do atendimento pleno dos direitos de cidadania. A formação histórica do Brasil mostra os mecanismos de resistência ao processo de dominação desenvolvidos pelos grupos sociais em diferentes momentos. Uma das formas de resistência refere-se ao fato de que cada grupo – indígena, africano, europeu, asiático e do oriente médio – encontrou maneiras de preservar sua identidade cultural, ainda que às vezes de forma clandestina e precária. (BRASIL. SEF; 1998, p. 130).

Cabe aos educadores/as, ressaltar em suas falas a crítica ao etnocentrismo, afirmando que não há pessoa superior a outra quando se trata de gente. O fato de ter cor com pouca melanina, status ou morar próximo ao centro urbano, não fará ninguém ser mais gente do que o outro. Uma escola emancipatória discute essas questões. Se na escola esses conceitos deturpados não forem posto em discussão, não estará a metodologia emancipando o sujeito da aprendizagem, tampouco estará considerando as diversidades culturais, pois não existe cultura única.

Já o “etnocentrismo” – tendência de alguém tomar a própria cultura como centro exclusivo de tudo, e de pensar sobre o outro também apenas a partir de seus próprios valores e categorias – muitas vezes dificulta um diálogo intercultural, impedindo o acesso ao inesgotável aprendizado que as diversas culturas oferecem. (BRASIL. SEF. 1998, p. 133).

É importante que haja um entrelaçamento entre professores/as, alunos/as, escola, metodologia e os conteúdos abordados, para que seja desmistificado o medo que ainda está presente em falar sobre o preconceito e racismos. Geralmente as crianças que estudam, sobretudo nas escolas públicas, são vistas como incapazes e por tanto não precisam ter acesso ao conhecimento ou saber mais. Esclarecer que cada cidadão e cidadã da sala de aula é como se fosse uma peça importante de um jogo, e faltando algum, não haverá equilíbrio, sendo assim, na formação da sociedade todos/as são de igual relevância.

Uma forma de trabalhar e superar esse tipo de medo é com informação. Assim, trata-se de, potencializando ao máximo a prática da transversalidade, oferecer informações, nas diversas áreas, que permitam esse conhecimento mútuo, tanto dos alunos entre si, quanto em relação a concidadãos, brasileiros de diferentes origens socioculturais. Trata-se também de recuperar, de forma não depreciativa, conhecimentos dos grupos étnicos e sociais, permitindo, ainda, que se evidencie o saber emergente, aquele que está em elaboração como parte do processo social de conscientização e afirmação de identidades e singularidades. (BRASIL. SEF. 1998, p. 135).

2 – As Faces do Racismo na Escola

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência”. (Ghandi)

Na sala de aula podem ocorrer atitudes racistas e de preconceitos tanto por parte dos/as colegas da sala, como pelo docente. Ir à escola não significa dizer que lá encontraremos a solução para todos os problemas sociais, inclusive o combate ao racismo. No entanto, é na Escola o melhor lugar para enfrentarmos o combate ao racismo e preconceito, por isso o/a educador/a precisa ler e ter formação continuada, que dará ao/a professor/a condição para discutir esses assuntos. É necessário que os/as educadores/as saibam o que é o racismo e o que é preconceito para que possam falar e questionar em suas aulas ou encontros.

Vejamos o conceito de racismo, segundo Munanga (2004): “racismo é um conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelece uma hierarquia entre as raças, consideradas como fenômenos biológicos.” Aqueles/as que detêm o poder, que faz parte do grupo hierarquizado, tentam internalizar sua superioridade pela cor branca, desqualificando aos que nascem com a cor da pele negra. Colocando os/as negros/as na condição inferior, e como se tivessem nascidos com aquela cor, prontos biologicamente para serem serviçais dos que têm a cor da pele branca. Não há raça humana superior. Somos apenas diferentes, e temos que enfrentar e combater essa injustiça social. Temos sentimentos e somos capazes como os de pele branca, ocorre que nos são negados os direitos. Vejamos em situação contrária. Se o/a negro/a que vive nesta sociedade tiver poder aquisitivo financeiro equilibrado, será ele/a visto/a como inferior? O racismo nos remete ao preconceito. E o que é preconceito?

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT’ANA, 2005, p. 62).

O preconceito leva alguém a julgar o/a outro/a, mesmo antes de conhecer, julga-se por crenças e mitos estigmatizadores negativos, que vão passando de geração a geração. E compete a nós docentes desmitificar essas falácias, e essa possibilidade está na nossa prática pedagógica, com apoio da gestão escolar. Sabendo o que é preconceito e o que é racismo, se faz importante que informemos que como o próprio autor cita, não há um tipo de racismo,

mas um conjunto de racismo. Aqui serão apresentados alguns dentre vários. O racismo desvaloriza o/a outro/a, colocando-o/a em situação de culpado/a por estar vivendo dificuldades sociais. E para baixar a estima, ainda lhes menosprezam com termos depreciativos, conforme Herculano; Pacheco(2013) atesta em seu artigo – “Racismo Ambiental, o que é isso?” No Brasil são utilizadas algumas expressões ofensivas e estereótipos, inclusive quando se refere ao povo nordestino. “ô raça!”, “homem gabiru”, “cabeça chata”, “ô paraíba”, “invasor da modernidade metropolitana”. É importante colocar que há nos pronunciamentos ofensivos ou estereotipados a tentativa de desumanizar o/a outro/a.

Existem modos de diferentes abordagens ao racismo, e segundo Silva;(2013), são três os modos: “Atitudes históricas”, “Ideologia”, “Racismo explícito”. Essas maneiras diferentes de tratar o racismo, não o faz deixar de existir, porque cada um/a o vê como quer. Há a ação de vulnerabilizar pessoas pelo simples fato de conhecer histórias do senso comum, criando-se ideologias próprias de desvalorização, que vai passando de geração a geração, sem se preocupar com o respeito pelo/a outro/a, construindo estereótipos para os/as negros/as, indígenas e ou imigrantes, colocando-os/as em situação de menos merecedores na sociedade. Como se as pessoas (negros/as, índios/as e imigrantes) tivessem nascidas para servir aos de cor branca, trabalhando sob a exploração, sendo castigados/as e como pagamento, qualquer coisa para comer. Ninguém nasceu para ser escravo/a, as atitudes racistas é que escravizam as pessoas, conforme o autor Eric Willians (2013) citado por Silva, “a escravidão não nasceu do racismo; ao contrário, o racismo foi a consequência da escravidão”.

Segundo Silva, (2013) cada tipo de racismo traz suas particularidades históricas, vejamos os tipos de racismo:

O racismo individual, ou a modalidade individual, evidencia-se nos estereótipos mais estranhos, nas atitudes, nos comportamentos e até nos interesses pessoais que estão socializados entre brancos, negros e indivíduos de outros segmentos sociais (somos um povo de “mente colonizada”).

O racismo institucional, ou modalidade institucional, o negro, o índio, o judeu, o cigano, os retirantes, os bóias frias, os garimpeiros, os peões, os mendigos, os bêbados, os gigolôs, os homossexuais, a mulher – sobretudo negra – e toda sorte de marginalizados, destituídos e enjeitados são oculta ou abertamente discriminados em nosso sistema de trabalho, na Justiça, na Economia, na Política e nas demais instituições.

O racismo cultural, ou modalidade cultural, que traz elementos do racismo individual e do institucional, manifesta-se nos valores, nas crenças, na religião, na língua, na música, na filosofia, na estética etc.

A despeito dos tipos ou modalidades de racismo, o autor nos leva a questionar que em meio aos tipos de racismo, haveremos de encontrar níveis de racismo, e a escritora Marilena Chauí, cita estudos realizados por Pierre André Taguieff, que nos apresenta que o racismo se distingue por três níveis, em cada nível está inserido outros tipos de racismo. Para nosso questionamento, Silva (2013) traz as contribuições de Taguieff e Chauí, vejamos o que nos diz o/a autor/a no que tange aos níveis.

Níveis de racismo – primário, secundário e terciário – dois grandes tipos de racismo contemporâneo – universalista, ou discriminatório, e comunitarista, ou diferencialista.

O racismo primário é um fenômeno psicossocial, emocional ou passional, sem qualquer elaboração ou justificação; corresponde ao que chamo de mito.

O racismo secundário, que consiste no etnocentrismo, é um fenômeno psicossocial mais sofisticado.

O racismo terciário é o que desenvolve justificativas científicas – no século XIX e início deste século, a justificativa vinha da biologia e da genética; atualmente, vem da antropologia e da psicologia social.

É providencial desmitificar alguns conceitos referentes aos negros/as, índios/as e imigrantes, bem como destronar essa visão eurocêntrica de superioridade, buscando fontes de pesquisas científicas, para que possamos nos apoderar da história, dos povos negro/índigena e assim pudermos enfrentar e combater essa desigualdade social racista. Percebe-se que um número considerado de educadores/as estão atentos/as a essas questões, porém preferem apenas falar de assuntos políticos ou econômicos na visão do senso comum, ou simplesmente se referem aos conteúdos postos nos livros didáticos, sem fazer correlação com a realidade, e mesmo que seja de modo muito superficial, finge estar em discussão com o assunto – racismo, isso é uma prática às vezes, tomada como inofensiva, porém é perigosa, porque nega ao/a educando/a o direito ao conhecimento.

E concernente aos dois grandes grupos de tipos de racismo, a Chauí e Taguieff, ainda citado/a por Silva (2013) esclarece com conceitos que são evidentes em nossa sociedade, ficando fácil identificar situações da ação racista.

Racismo universalista ou discriminatório é o que “(...) afirma a existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças, que vão da mais inferior à superior; afirma a naturalidade da desigualdade e da hierarquia de raças.”

E racismo comunitarista ou diferencialista: “(...) é o racismo contemporâneo que se apropriou dos pontos centrais do anti-racismo, isto é, que raça não é natureza, mas cultura ou etnia, e que todos temos o direito à diferença.”

Em nossa sociedade encontramos ainda pessoas que adotam esse modelo de superioridade que em nada contribuem para o desenvolvimento intelectual próprio e do/a outro/a. Quando na escola for implantada uma metodologia de ensino que respeite as diferenças, por certo teremos maiores elementos que conformarão condições para enfrentarmos as desigualdades sociais.

A partir desses estudos apresentados pelos/a autores/a, entendemos que surgem em meio a tantos questionamentos, outras modalidades ou modelos de racismo vão surgindo, e para tanto temos que estar atentos para entender e posteriormente enfrenta-los, e desta forma combatê-los. Novamente, Silva (2013) cita em seu artigo a Chauí, informações sobre novos modelos de racismo.

Nazismo – Mesmo abominado e repreendido pela Comunidade Universal e com seus crimes sentenciados e condenados pelo Tribunal Militar (TMI) de Nuremberg, o nazismo continua vivo, fundado sobretudo no chamado direito à diferença.

Sionismo – Movimento nacionalista judaico, cujo propósito era fundar um Estado na Terra Santa, como pátria do povo judeu.

Apartheid – “é o sistema oficial de segregação racial praticada da África do Sul para proteger a minoria branca”.

Racismo ecológico ou ambiental – É a modalidade ou subespécie mais recente de discriminação – ecológica, racial, econômica, política, social, tecnológica etc. – contra a “Mãe Terra”, seus ecossistemas e, sobretudo, os povos mais pobres.

Racismo à brasileira – Nas Américas e pelo mundo afora, talvez seja este o racismo mais sutil e disfarçado. Aliás, de tão estereotipado e hipócrita, deixa a impressão de nem sequer existir. Ironicamente, pode ser chamado de “democracia racial”, como se nada justificasse combatê-lo.

Pouco se conhece quanto a essas modalidades racistas. Para algumas pessoas, é melhor nem falar sobre o assunto, pois dará trabalho para pesquisar, e além de não ser relevante tratar desta temática. É cômodo ficar ensinando apenas os conteúdos que já estão prontos nos livros didáticos. Mas, é necessário considerar que o conhecimento histórico-social faz parte da formação dos/as educandos/as, e não apenas destes citados, os docentes também precisam de uma formação continuada, inovada.

Não podemos, a despeito da exigência da Lei, sair repassando nas nossas salas de aula informações equivocadas, ou tratar o tema de uma maneira folclorizada e idealizada. Este é um grande temor: repetir modelos para fazer com que estes conteúdos curriculares fiquem parecidos com os que já trabalhávamos ao tratarmos da História e das contribuições culturais comumente estudadas é um caminho fácil e perigosíssimo. (LIMA, 2013, p. 303).

Discutir o racismo não é uma questão de brincadeira, ou de “deixa para lá”, é coisa de criança. Racismo é grave, e pode levar o/a outro/a à uma condição de precisar de acompanhamento médico ou a outras situações de desajustes sociais. Preparar uma aula para discutir o tema “racismo” ou articular o tema a conteúdos parece despertar o docente ao medo. Não sei se por falta de conhecimento teórico ou por não considerar como necessário o diálogo. Pelas observações realizadas, creio que o mais provável venha a ser a falta de conhecimento sobre o assunto, bem como a desconsideração dos valores culturais do povo negro.

A escola não é um campo neutro, onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições. O racismo e a discriminação racial, que fazem parte da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores e educandos. (GOMES, 1995, p. 68).

Discutir questões sociais na perspectiva racial é o que preconiza a Lei nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, as disciplinas escolares curriculares que devem ministrar essas questões e problemáticas são de modo particular as áreas de **Educação Artística, Literatura e História Brasileiras**. No entanto, vejo possibilidades de tratar essas problemáticas em qualquer disciplina. Por que na sala de aula ou na escola estaremos nos comunicando com pessoas diferentes, então é possível sim que surja oportunidade para discussões afins, outrossim, estamos em um espaço educativo, que tem como objetivo transformar e construir o desenvolvimento intelectual da pessoa, de modo a preparar esse/a cidadão/cidadã para viver em sociedade com as diversidades de forma a respeitar todas as diferenças culturais. E alguns teóricos estudiosos da História Afro-Brasileira, vão mais além, e indicam outras disciplinas possíveis para que essas considerações sejam tratadas com a mesma ênfase que nas disciplinas citadas pela Lei 10.639/03. As outras disciplinas, conforme Silva, (2013 p. 161-164), são: “Matemática, Ciências, Psicologia, Educação Física, Educação Musical, Artes Plásticas, Literatura, Sociologia, Geografia e História.” Segundo a autora, um estudo particular sobre cada uma dessas disciplinas, dará condições para que se encontrem contribuições africanas.

Ora, se as Africanidades Brasileiras abrangem diferentes áreas, não precisam, em termos de programas de ensino, constituir-se numa única disciplina, pois podem estar presentes, em conteúdos e metodologias, nas diferentes disciplinas constitutivas do currículo escolar. (SILVA, 2013, p. 161).

2. 1 – Discutindo o Racismo Ambiental e Institucional na Escola

2.1.1- O Racismo Ambiental

“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele”. (Martin Luther King)

Em meu ponto de vista tratar sobre o racismo ambiental é tratar sobre a desigualdade social e nesta há o componente da discriminação racial que na apreciação de estudiosos é explicada como:

A discriminação racial é um dos mais perversos fenômenos sociais operantes na sociedade brasileira, responsável por parte significativa das desigualdades que lhes caracterizam, assim como por parte expressiva do processo de naturalização da pobreza e da desigualdade e das distâncias sociais. Contudo, em que pese sua relevância como processo central na dinâmica da produção e da reprodução da pobreza e da desigualdade, a discriminação racial tem se revelado um tema difícil de ser incluído na agenda políticas públicas. De fato, a própria complexidade do fenômeno tem dificultado seu enfrentamento. (SILVA et al, 2009, p.156)

Como lê-se na citação, há naturalização da pobreza da desigualdade sobretudo na escola, que é um espaço em que se deve refletir sobre esses fenômenos como criações sociais e nessas criações alguns grupos são/ ficam no processo de escolha. Tal como se lê: “Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, originou cor.” (PACHECO, 2014)

Morar nos centros urbanos parece ser direito apenas de alguns. O racismo ambiental é mais um dos muitos tipos de racismo que existe em nossa sociedade. Esse racismo sempre existiu, no entanto ele não era percebido, ou se foi visto, certamente o trataram com ignorância, distorcendo o verdadeiro sentido, camuflando-o, como algo que não devesse ser discutido, porque quem não pode comprar casas ou terrenos, se abriga em qualquer lugar e de qualquer modo. É pertinente ressaltar que morar em lugares insalubres, ocorre desde os primórdios da formação da sociedade brasileira. Outra observação feita referente ao tema em questão são as moradias dos/as trabalhadores/as, quando se pregava o progresso como fonte de riqueza para todos/as, como forma de atrair os/as trabalhadores/as, e na verdade eles/as eram explorados/as, enquanto alguns enricavam às custas da exploração do trabalho de outros,

que esperançosos por enriquecer sob o processo do advento da industrialização busca lucros enquanto explora a classe trabalhadora pobre e negra.

Os centros urbanos no Brasil foram ficando cheios, inchando a área urbana, as pessoas negras pobres que iam chegando alimentando melhorias em suas vidas, construíam suas moradias de todas as formas e em qualquer lugar, não tinham a preocupação de analisar onde estavam iniciando suas construções, e assim iam surgindo comunidades em lugares de difíceis acessos e de maneira desordenada.

O progresso – a industrialização e a urbanização -, segundo Paulo Freire, trouxe a preocupação com as populações migrantes, as levas de trabalhadores rurais que deixavam suas terras e migravam para as cidades e que, segundo ele, ficavam “à mercê da demagogia” dos políticos e da manipulação dos meios de comunicação de massas. Contra essa manipulação, tal reflexão freireana propôs a “desalienação do povo”, através da instauração de uma “pedagogia do diálogo”, que deveria se basear na horizontalidade entre educador e educando. Deveria ser o “diálogo amoroso” – definido como o encontro de homens que se amam e que desejam transformar o mundo – o instrumento central da educação. Tal diálogo deveria partir das situações vividas pelo educando na sua comunidade. Depois, deveria aprofundar-se nessas situações vividas problematizando-as, obrigando assim os educandos a alcançarem uma “visão crítica” de suas realidades. Todo esse processo recebeu uma denominação que empolgou os educadores de esquerda dos anos de 1960: conscientização. (FREIRE apud GHIRALDELLI, 2006, p.108).

Essa situação trata-se de racismo Ambiental, que parece oculto, invisível, mas o mesmo é identificado através de estudos e pesquisas realizados por Sociólogos. Colocar lixões próximos a essas comunidades caracteriza o Racismo Ambiental, assim como, construir escolas e postos de saúde distantes e de difícil acesso aos moradores da comunidade. Desta forma estará sendo negado ao povo o uso do seu direito como cidadão/cidadã, e desconstruindo a cidadania. Por que a falta de saneamento básico, a falta de infraestrutura, e as instituições públicas para atender ao povo pobre negro e indígena, são construídas distantes dessas comunidades? Por que os lixões têm que ser próximos dos pobres negros e indígenas? Segundo o autor Bullard, em seu Artigo – Ética e racismo ambiental, lançado em (janeiro de 2005); “racismo ambiental se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor.”

O combate e enfrentamento ao Racismo Ambiental é um tema que deve ser posto em discussão, sobretudo na área da educação, por que na sala de aula é possível que alguns/algumas alunos/as estejam vivendo esse tipo de discriminação racista, e não se

perceba, é o que os estudiosos denominam de “racismo oculto”, esse é o princípio e a necessidade de ressaltar o combate. Segundo Herculano, (2014), “Racismo Ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas”. As pessoas pobres/negras moram geralmente em áreas insalubres, e ainda são agredidas/desrespeitadas com todo tipo de lixo próximo às suas moradias, inclusive lixo tóxico, que além de trazer danos à saúde das pessoas, contamina o solo, degradando-o e desta forma, deixando de ser fértil para produção de sustentabilidade. Conforme Pacheco, (2014), citado por Herculano:

(...) “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”.
(Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental)

E na sociedade, essas pessoas negras são desconsideradas, mesmo que tenham contribuído e contribuam em larga escala, para o desenvolvimento social, político e econômico do lugar.

Algumas atitudes de discriminação racial e ambiental presenciei dentro da sala de aula em uma Escola do Município de Guarabira, quando um colega aluno referia-se à sua colega dizendo – “essas coisas só sendo do Nordeste mesmo”. O Nordeste referido nesta expressão, é um bairro da cidade de Guarabira. E no momento; nenhuma atitude foi tomada pela professora, isso remete a entender que, no entendimento da professora, não ocorreu ofensa alguma e não há nada demais. Em verdade houve uma agressão – discriminação racial e ambiental. O/a colega que mora neste bairro só pode ser negro/a sem inteligência, pobre e incapaz de pensar para responder o que a professora perguntou.

Na concepção de alguns colegas da sala de aula vir desse bairro é sinal de incapacidade. O lugar (o bairro) é afastado do centro da cidade com construções desordenadas, fora do padrão que a sociedade exige, e ainda há moradias construídas em lugares íngremes, sem saneamento básico.

Esse é um tipo de racismo que os estudiosos classificam como: Racismo Ambiental. E ele (o racismo ambiental) não acontece só nas escolas, é possível presenciá-lo nas instituições de atendimento à saúde, quando pessoas que moram em bairros afastados do centro urbano, são hostilizadas, tendo seu atendimento negado, em detrimento de alguém que venha uma outra realidade de vida e moradia. E depois de tudo isso, a explicação é dada como se fosse

“brincadeiras!” E se esses/as mesmos/as alunos/as, conseguem atender a expectativa da aula, surge alguém para dizer: “Olha ele/a, e é do bairro do Nordeste, mas é tão inteligente!”

Devemos estar atentos ao enfrentamento contra essas práticas racistas discriminatórias ditas inocentes, fazendo uso de conjunções adversativas, como forma de justificar valorizando falsamente. Segundo a autora Gomes, (1995, p. 68) “[...] ela **até** era negra, **mas** tão inteligente!” [grifos da autora]. Fatos semelhantes ocorrem em nossas escolas de várias formas, sendo usadas essas conjunções adversativas.

A exemplo, cito um momento em que um aluno escreveu uma redação sobre “Preconceito”, e apresentei à algumas professoras da escola, e a preocupação foi saber onde morava aquele aluno. Em que bairro da cidade. Como se fosse um absurdo um aluno vindo do bairro do Nordeste conseguir escrever de maneira crítica, talvez fosse normal se ele viesse de um bairro dito nobre. Essa atitude caracteriza uma discriminação racial e ambiental.

Na escola e na sala de aula, os/as educadores/as têm que contemplar os saberes individuais e do dia-a-dia do/as educandos/as, conforme sua realidade cultural e geográfica. Segundo Silva, (2013, p. 164/165) “Se a história ensinada na escola souber contemplar também a vivida no dia-a-dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então, estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada.”

As questões ambientais foram discutidas em vários movimentos populares, apresentando diversas problemáticas, como a falta de saneamento básico e atendimento de saúde. A escola pode e deve implantar em sua prática cotidiana e metodologia de ensino, situações que problematizem e suscitem discussões, levando nossos/as alunos/as à reflexão e percepção de como essas crianças se enxergam na escola, na sociedade e na comunidade onde moram.

Ambientalistas focaram essas questões com veemência na ECO 92² no Rio de Janeiro, entre os dias (3 a 14) de junho. As problemáticas ambientais foram expostas e debatidas, no sentido de garantir a qualidade de vida no planeta. E os argumentos não foram apenas questões florestais ou poluição do ar, das águas e sonora, mas as problemáticas periféricas, que permeiam nossa sociedade, e são ignoradas pelos governantes, retirando os direitos e participação das pessoas pobre negras nas políticas públicas, que não chegam a essas comunidades para atendê-los/as e solucionar alguns problemas nas áreas de: saúde, educação e moradia.

² ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

A questão ambiental depois da ECO 92, que até então estava muito localizada nos movimentos ambientalistas, passou a ser uma preocupação também dos movimentos populares de bairro. Isso foi um salto qualitativo muito grande, porque nas demandas e reivindicações dos anos de 1970 e 1980 a questão ambiental não era tão presente como é, hoje, nos movimentos populares propriamente ditos. Estou me referindo aos movimentos mais de bairros periféricos, com córregos a céu aberto, ausência ou coleta irregular do lixo, focos de infecções várias. (GOHN, 2010, p. 87).

Algumas escolas ou postos de saúde são construídas em lugares indevidos, sem nenhum projeto ou qualquer estudo para que, se construa esses prédios. Não se pensa na distância, na mobilidade ou na infraestrutura. Apenas se pensa em construir, e que lá tenha pessoas para atender aos moradores da comunidade, sejam funcionários qualificados ou não. No espaço escolar não podemos ser alheios/as às problemáticas sociais, pois a escola se constitui por heterogeneidade, e é possível que os/as envolvidos/as no ensino aprendizagem, tenham sido ou estejam sendo constrangidos/as por situações racistas que dizem respeito ao atendimento nas instituições públicas.

E do mesmo modo, falamos quando em sala de aula um/a aluno/a, se apresenta e identifica-se como morador/a de comunidades distantes e pobres, às vezes essas crianças são hostilizadas até mesmo por educadores/as, e são tratados/as como invisíveis, socialmente pessoas sem importância para a formação da sociedade, ou simplesmente não gente. Por morarem em bairros periféricos, são atendidos/as com desprezo e desdenho.

Não é justo que alguém, seja menosprezado/a e excluído/a do direito de ser atendido/a com dignidade e respeito nas instituições públicas, apenas por ser negro/a pobre e morar em áreas chamadas periféricas. Receber atendimento de saúde, estudar, e morar com dignidade é direito de todo/a cidadão/cidadã.

Para construir a moradia, a escola e o posto de saúde, é conveniente pensar na estrutura física, se será confortável, e o ambiente deve ser agradável, além do mais, oferecer profissionais qualificados/as e saneamento básico, de modo que venha atender às pessoas igualmente.

E como vivemos em uma sociedade aprendente, é função do docente, aprender e ensinar ao/à educando/a a ser crítico/a, reflexivo/a, não apenas com o que está escrito nos livros didáticos, e ou no programa curricular preparado, mas fazer uso, (bom uso) de outros materiais que podem sim se tornar material educativo. Por exemplo, a musicalidade. Há músicas que são verdadeiras aulas, oferecendo condições para os/as estudantes pensar na realidade vivida, e assim se posicionar frente à discussão, permitindo a percepção de como somos gente explorada, excluída e tratadas sob o julgo do racismo e do preconceito. Segundo

Gadotti, (2002, p. 39) “A reflexão é meio, é instrumento para a melhoria [...]”. Aprenderemos por meio dela, a sermos críticos/as, questionadores/as, analisadores e não alienados. Ainda conforme o autor Gadotti: “A reflexão deve, portanto, ser crítica.” (Ibidem). Observemos e analisemos a letra da música: O Meu País de (Orlando Tejo, Gilvan Chaves, Livardo Alves), cantada por Zé Ramalho;

Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo

Um país que crianças elimina
Que não ouve o clamor dos esquecidos
Onde nunca os humildes são ouvidos
E uma elite sem deus é quem domina
Que permite um estupro em cada esquina
E a certeza da dúvida infeliz
Onde quem tem razão baixa a cerviz
E massacram - se o negro e a mulher
Pode ser o país de quem quiser
Mas não é, com certeza, o meu país

Um país onde as leis são descartáveis
Por ausência de códigos corretos
Com quarenta milhões de analfabetos
E maior multidão de miseráveis
Um país onde os homens confiáveis
Não têm voz, não têm vez, nem diretriz
Mas corruptos têm voz e vez e bis
E o respaldo de estímulo incomum
Pode ser o país de qualquer um
Mas não é com certeza o meu país

Um país que perdeu a identidade
Sepultou o idioma português
Aprendeu a falar pornofonês
Aderindo à global vulgaridade
Um país que não tem capacidade
De saber o que pensa e o que diz
Que não pode esconder a cicatriz
De um povo de bem que vive mal
Pode ser o país do carnaval
Mas não é com certeza o meu país

Um país que seus índios discrimina
E as ciências e as artes não respeita
Um país que ainda morre de maleita

Por atraso geral da medicina
Um país onde escola não ensina
E hospital não dispõe de raio - x
Onde a gente dos morros é feliz
Se tem água de chuva e luz do sol
Pode ser o país do futebol
Mas não é com certeza o meu país

Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo

Um país que é doente e não se cura
Quer ficar sempre no terceiro mundo
Que do poço fatal chegou ao fundo
Sem saber emergir da noite escura
Um país que engoliu a compostura
Atendendo a políticos sutis
Que dividem o Brasil em mil brasis
Pra melhor assaltar de ponta a ponta
Pode ser o país do faz-de-conta
Mas não é com certeza o meu país

Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo

Diante de fatos como esses, sentimos a necessidade de mais leituras e pesquisas por parte do/a professor/a. Por meio dessa música, o posicionamento do cantor Zé Ramalho é contrário a realidade, denunciando a miséria no nosso país, e critica práticas racistas, preconceituosas, discriminatórias contra pobres, negros/as, indígenas, etnias, mulheres, e mais contra a violação de direitos nossos, além de chamar nossa atenção para não desviarmos nosso olhar para o que é nosso, caso contrário perderemos, seremos furtados/as, forjaram aquilo que nos pertence, nos mostrando cores, fantasias, festas. Enquanto isso, os que detêm o poder, continuam centralizando e distribuindo nossos direitos com apenas alguns. Se ater à informações exclusivas de livros didáticos, não é suficiente, é preciso buscar em outras fontes, para que possamos nos apoderar do conhecimento e desta sermos capazes de formar cidadão/cidadã competentes e capazes, e que sejam autônomos vivendo sua cidadania com dignidade e igualdade.

Por isto, devemos estudar, procurar leituras específicas e, sempre que possível, capacitar-nos em cursos e em discussões acadêmicas. Nossas precárias condições de trabalho e de vida não podem justificar uma ausência de esforço neste sentido. Estamos falando da re-escritura de uma História que nos foi negada, estamos

lidando com a base de uma identidade que está para ser reconstruída. O que está em jogo é mais do que nossa competência - é o nosso compromisso. (LIMA, 2013, p. 303).

Não podemos diminuir o poder, a força do racismo, acreditando que a prática racista seja apenas imaginária, como se o mesmo não existisse na realidade social. É profundamente importante que saibamos e tenhamos consciência de que o racismo não se trata apenas de questão de cor de pele, ocorre com gêneros, cabelos, aliás com tudo que se refere ao ser “gente”, posto que ocorre de modo depreciativo. Surge então a necessidade de leituras teóricas, pois com embasamento teórico o/a professor/a terá sustentação em sua fala/defesa, até porque esses estudos não surgiram aleatoriamente ou sem propositura, e sim, a custo de pesquisas, depoimentos ou vivência real.

2. 1. 2 - O Racismo Institucional na escola

“O mal não está para ser compreendido, mas para ser combatido”. (Leonardo Boffem)

Na escola, não é raro que presenciemos estudantes que venham dessa realidade de exclusão e racismo, serem desrespeitados/as, como se não estivessem presentes na sala de aula. A esse tipo de comportamento podemos dizer que ocorre o racismo Institucional, pois o mesmo está acontecendo na Escola, que é uma Instituição Pública, para todos/as, sem distinção alguma. Os cidadãos e as cidadãs precisam ser atendidos/as nas instituições públicas com qualidade dos serviços, respeito e dignidade, conforme cita em seu artigo a autora López, (2013, p. 13) - “O que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade.”

O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. (SALES JR, 2011, p. 17).

É importante ressaltar que o racismo institucional ocorre não apenas dentro das escolas, mas em outras instituições públicas. Por isso temos que resistir e enfrentar esses aglomerados de problemáticas racistas e preconceituosas, que um grupo hierarquizado construiu em detrimento de pessoas que essa sociedade conceitua como povo sendo inferiores, e que qualquer modo de vida ou qualquer pouco direito dado por eles, já está de bom grado para negros/as pobres e ou indígenas.

No entanto, é importante também não perdermos de vista que, antes e além da ação institucional, o racismo se coloca como marco ideológico legitimador e definidor de prioridades, reivindicando e legitimando culturas e condutas cotidianas ou profissionais dentro e fora das instituições. (SALES JR, 2011, p. 19).

Quando o/a professor/a fala, direcionando seu olhar ou fala para alguns que têm realidades diferentes dos que moram nas comunidades distantes e mais pobres. Se faz necessário uma pedagogia do diálogo, momento em que ocorrerá interação na sala de aula, e será proporcionado caminhos para a conscientização de igualdade de direitos. O progresso e o desenvolvimento não existem apenas para alguns, é direito de todos. Não importa sua cor, o

lugar onde mora ou grupo social. O que vale é ser gente, e com gente temos cada um de nós compromisso étnico, moral e social. Essa construção conscientizadora deve ocorrer nas instituições públicas, de modo bem especial na sala de aula, na Escola.

É necessário explicitar essas teorias e concepções tão arraigadas e nosso imaginário e prática social e apontar a necessidade de incluir nas lutas da comunidade negra a desmitificação delas.

Essas teorias não surgem espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas se alimentam e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática brasileira. (GOMES, 1995, p. 69).

Uma das formas de discutir e refletir sobre o racismo em sala de aula, é direcionar os/as alunos/as a conhecerem sua história individual (histórico familiar), isso os/as farão respeitar com alteridade, e considerar culturas diferentes, (diversidades).

É preciso construir uma consciência de aceitação respeitosa, e não isoladora, de modo que não se reproduza a ideia de uma cultura ou raça como sendo superior. No campo educacional devemos pautar o racismo, em busca de uma sociedade justa em que as pessoas se respeitem, e seja formada uma sociedade igualitária.

Uma constante no pensamento racista é a superioridade do branco. Segundo essa lógica, este ocupa os melhores empregos, as universidades, a política e o poder por ser superior com raça. O negro ocupa as posições inferiores porque seria inferior com raça. Esta concepção é persistente e consensual, ainda hoje, em grandes setores sociais e vem de longe. (GOMES, 1995, p. 71).

Se o racismo ocorre dentro da escola, é então conveniente que o/a professor/a, questione e ressalte a importância do respeito *altero* e não da tolerância. Fácil é tolerar, no entanto respeitar é uma questão de consciência e valorização das diversidades. Ser negro/a será significado de anormal? E ser normal seria apresentar cor branca? Situações como estas não podem passar despercebidas, ou como sendo algo sem motivo para discussões, e mais como se fosse comum, sem nenhum agravo.

Ora! Negro/a, branco/a são pessoas que têm sentimentos. São gente. Os/as negros/as foram estigmatizados e a sociedade prosseguiu tratando-os/as com desconsideração e desrespeito, como se fossem pessoas anormais e incapazes de aprender, bem como de viver em sociedade. Nascer negro/a não é sinal, tampouco marca de anormalidade, apenas apresenta maior quantidade de melanina. A sociedade exige que se siga uma norma a qual ela própria determina ser normal, gerando desconforto, agressão e hostilizando.

Normal seria aquele que segue as normas, que serve de modelo, exemplar. Se se considera o negro como uma pessoa que não é normal, abre-se espaço para o pensamento racista de que os pertencentes a esse grupo racial apresentam dificuldades de se comportar de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, por deficiências inerentes à sua raça. (GOMES, 1995, p. 76).

Alguém que não esteja dentro do padrão exigido pela sociedade, será este radicalmente tido como anormal? Diante dessa situação as pessoas negras foram escamoteadas, e a escola não pode se furtar em trazer para discussão em sala de aula temas que abordem essas questões. Não é prudente desconsiderar ignorando ações racistas presenciadas por professores/as em sala de aula, de modo em que crianças negras sejam tratadas como incapazes de pensar, sem cultura e incivilizadas, sem que sejam apresentadas práticas de contextualização social e histórica de respeito às diversidades.

Se não houver o combate e enfrentamento ao racismo, seja ele de que tipo for, estaremos perpetuando e apoiando essa prática de atitudes hostis, conforme Gomes, (1995, p.77) “Ser negro é carregar desde criança a imagem de alguém que está fora da ordem civilizada, indisciplinado, fora da lei e da norma. Anormal.”

Determinar a cultura branca como única e impor sua prática para todos é transgredir instrumentos legais nacional e internacional, e mais, agride o outro. Essa ideologia do branqueamento é agressiva e trás aspectos acentuados do racismo, desvaloriza a cultura do povo negro, um povo que impulsionou e continua a promover o progresso do nosso país. Além do mais, continua a se supervalorizar a cultura europeia, e forçosamente usa-se uma cultura ilegítima ao povo, pois existem diversidades de culturas, e cada povo tem direito de expressar a sua cultura, uma vez que, não existe cultura única.

Ele é um fator importante no desestímulo à solidariedade do negro em relação ao próprio negro, pois o leva a perceber o seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde ele deverá se distanciar e, quem sabe, até mesmo fugir, para tentar, individualmente, galgar os degraus da tão falada “mobilidade social”, que só os mais capazes conseguirão atingir. (GOMES, 1995, p. 83).

Por essa razão, é fundamental que os/as professores/as informem aos/às estudantes as contribuições e os costumes culturais do povo negro e indígenas, desconstruindo atitudes racistas dentro da escola, algumas vezes por parte dos educadores/as, outras vezes por ações vindas dos/as colegas. É imprescindível que saibamos o que vem a ser cultura, essa palavra tão mencionada nas escolas. Não adianta promover discursos bonitos e fantasiosos, sem entendermos o que é cultura. De acordo com (Laraia apud Tylor, 2009, p. 25) “Cultura é este

todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” Ignorar o que se pode reparar é resultado decorrente de um pensamento ultrapassado e desrespeitoso, em que credita-se uma cultura, enquanto desvaloriza a outra. Tomando o conceito de cultura por mediação, significa que não deva existir dicotomia, mas sabermos que somos e vivemos em sociedade e que há diversidades, e a partir dessas diversidades acontece o progresso.

Nesse momento foi colocada, com muita veemência, a suposta dicotomia entre o negro, visto como indolente, atrasado, herdeiro de um passado nefasto, e o branco, visto como o símbolo do trabalho ordenado, civilizado e que impulsiona para o progresso. (GOMES, 1995, p. 83).

Desde os primórdios da formação da sociedade brasileira nossa história que os/as negras têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, mas essa contribuição tem sido algumas vezes negada em práticas educativas, se não são negadas, são faladas superficialmente e sem nenhum aprofundamento, tampouco com reconhecimento. É bem verdade que a escola muitas vezes não explicita diretamente que o/a negro/a é inferior, mas podemos observar e constatar essa situação discriminatória na fala e nas ações de alguns educadores/as e dos/as próprios/as estudantes.

A conclusão é que, para se discutir e adotar práticas alternativas para a superação do racismo na escola, não basta apenas reconhecer a sua existência e discuti-la. É preciso que estudemos uma melhor maneira para realizar essa discussão e efetivá-la enquanto prática, caso contrário, não conseguiremos superar o preconceito e nem acabar com a discriminação racial. (GOMES, 1995, p. 96).

O Brasil é um país racista. Há quem diga que não há mais preconceitos nem discriminação racial no Brasil, por ser um país democrático, por viver em uma democracia racial. Mas como podemos dizer que foi erradicado o racismo e a discriminação, se negros/as são recusados/as em empregos quando concorrem com pessoas brancas, quem assume a vaga é sempre uma pessoa de cor branca. E não é considerada a competência e capacidade da pessoa de cor negra contribuindo assim, para o aumento da desigualdade. É interessante ressaltar que o enfrentamento a essa prática racista, é uma luta que vem ganhando intensificação desde a década de 1930, e sua força se intensificou, sobretudo nos anos de 1970, quando vários movimentos sociais se organizaram e foram às ruas reivindicando direitos. Os anos de 30, são citados por alguns/algumas historiadores/as do século XX, como

sendo o princípio para se encaminhar à oficialização desses movimentos, e a iniciação, se deu, segundo Fonseca, (2010; p. 103): “A data de fundação dessa organização, considerada das mais fortes no Século XX, foi 16 de setembro de 1931 e teve como palco inaugural a cidade de São Paulo, com itinerância para o interior paulista.”

Essa data foi tomada por marco da Fundação de organização da Frente Negra Brasileira. Esses movimentos já aconteciam no Brasil, desde que os africanos foram trazidos para o Brasil e aqui foram postos na condição de escravos, escravizados sob chicotes, trabalhando sem salários, sem alimentação, sem moradia digna e sendo castigados de modo desumano.

Vale ressaltar que, no Brasil, o processo de organização do povo negro ocorre desde o sequestro em terras africanas de pessoas que aqui foram colocadas em condições desumanas, tornadas escravas. Foi o que aconteceu com grupos humanos que viviam em regiões da África Ocidental e parte da Oriental. (FONSECA, 2010, p. 102).

Partindo dessas organizações, surgiram outras, e assim também foram aparecendo novas necessidades, às pessoas iam se juntando e conhecendo-se umas as outras, percebendo e convivendo com novas culturas. A integração com o novo, com novas culturas, fez nascer o sentimento de respeito mútuo, e a aproximação com outras formas de viver, foi se formando o que Fonseca, (ibidem), vai classificar como “aprendizagem na enculturação”, e por seguinte o combate ao racismo.

Para tanto, A Frente Negra Brasileira foi se difundindo, e chegou conforme Fonseca, (2010 p. 103), aos estados da “[...] Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.” O processo de organização dos movimentos sociais, passou a ter como participantes integrantes – as mulheres que também se juntaram e reivindicaram alguns direitos, que lhes eram desconsiderados. Dentre os direitos podemos elencar, documentos pessoais e o direito à educação, não apenas para elas, mas também para as crianças.

A atuação das mulheres negras também foi marcante, com a fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, que providenciava serviços dos mais diversos, entre os quais, registro de nascimento, carteira de trabalho e educação para crianças e adultos. (NASCIMENTO, 1981 apud FONSECA, 2010, p. 105).

Nesse sentido, vemos que o combate às situações discriminatórias, não envolveu apenas homens negros, mas também as mulheres negras, que sofreram tratamentos desumanos igualmente aos homens negros.

Não é justo defender em sala de aula que no Brasil não existe mais racismo, se há lutas de enfrentamento para conquistar e resgatar direitos furtados dos/as negros/as. Não há como negar o Racismo no nosso País, pois assistimos e ouvimos pelos telejornais, redes sociais e vemos os jornais escritos, que estampam de modo destacado notícias de negros/as pobres presos/as como ladrões/as, assassinos ou estupradores, apenas por terem a cor da pele negra, e outras vezes, mortos de modo cruel e impiedoso, como se esses/as nada sentissem, não tivessem sentimentos. E em casos como esses, há sempre uma pessoa branca envolvida, que acusa, e a justiça acata, prejudicando o/a outro/a, que nem sempre consegue provar inocência.

As lutas por direitos iguais estão postas em nossa sociedade desde a década de 30. Falar em Estado democrático, sociedade democrática e até em democracia racial passa a fazer parte dos discursos e das análises sociais. O Brasil, à diferença de outros países, tenta criar a imagem de uma democracia racial. Realidade? Mito? (GOMES, 1995, p. 97).

Historicamente, o movimento negro foi tomando repercussão e os associados foram se estruturando para enfrentar e combater todo tipo de racismo. Nos anos 70 do século XX no Brasil, foi fundado oficialmente, segundo a autora:

No dia 18 de junho de 1978, no Brasil, foi fundado, oficialmente, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o primeiro movimento do povo negro de caráter nacional depois da Frente Negra Brasileira, “*com o propósito de ser um movimento amplo para lutar contra o racismo.*” (FÉLIX, 1996, p. 213 apud FONSECA, 2010, p. 106).

Ressalto que estes, foram marcos iniciais e após estes, diversos outros movimentos foram surgindo, mas tudo se concretizou diante de muitos enfrentamentos, é merecido que, para aprofundar o conhecimento sobre a historicidade do Movimento Negro, sejam realizadas leituras e pesquisas concernente ao assunto. O enfrentamento ao racismo, não pode ser discutido nas escolas dentro da sala de aula, se os/as professores/as não estiverem preparados/as em sua formação docente com currículos que tratem dessas questões de discriminações e diversidades.

Ratifico que, sobre estas questões, é importante considerar o planejamento escolar em que estejam contidas essas discussões. Não é necessário que essas problemáticas estejam presentes nos livros didáticos, para serem postas em discussões, isso porque elas fazem parte da realidade do/a cidadão/ã, mesmo que sejam por vezes situações indesejáveis. E exatamente por serem indesejáveis e agravantes, as mesmas devem ser levadas à discussão, e não considera-las como circunstâncias.

As práticas para formação de docentes devem incentiva-los/las para que tenham uma postura em que venha a considerar cada aluno/a em sua totalidade, cidadão/cidadã completo e não apenas no aspecto estudante, pois cada um/a vem de distinta realidade, cultura e etnia. Assim sendo, as Universidades devem contribuir preparando docentes para enfrentar os desafios que estão postos e presente na sociedade, mais especificamente dentro das escolas, como sendo aspectos das relações humanas, que envolvem os temas e questões étnico-raciais e culturais.

A prática docente, os recentes estudos sobre a formação de professores/as, a relação escola, currículo e cultura vêm nos mostrando que além das questões de ordem econômica, social, pedagógica e linguística convivem, conflituosamente, no cotidiano escolar, outras questões relacionadas à estrutura excludente da escola, aos valores da infância e da juventude, à violência das sociedades modernas, às novas formas de exclusão social, ao tratamento dado às identidades de idade, gênero e raça. (GOMES; SILVA, 2002, p. 25).

O/a professor/a é um eterno pesquisador/a das problemáticas que ocorrem dentro e fora das escolas. Se essa postura pesquisadora não existir na formação docente, ficará difícil para poder enfrentar as questões discriminatórias que surgem e surgirão em sala de aula. Um desafio encontrado dentro da escola, é a formação continuada do docente que está em sala de aula a muitos anos. Alguns desses/as educadores/as não aceitam ser provocados ou desafiados a se integrar às novas práticas pedagógicas e, alegam supereficiência aos longos anos de experiências em sala de aula, desvalorizando as teorias, a formação continuada e as pesquisas científicas. Não é direito negar aos alunos/as o conhecimento, limitando-os/as a simplesmente conteúdos e atividades prontas ao modo dos/as educadores/as.

Professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio através da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador. Em vista disso, o termo professor é reservado para nível específico de amadurecimento acadêmico,

geralmente o catedrático, o titular, que já teria demonstrado capacidade de criação científica própria. (DEMO, 2000, p. 15).

Se a educação é para todos conforme a Conferência Mundial de Educação para Todos – de 1990, em Jomtien (Tailândia), então não há justificativa em fazer acepção de pessoas que têm direito à educação, apenas por causa de sua cor ou de grupo social. É importante esclarecer que os órgãos financiadores dessa Conferência são órgãos comprometidos com as causas humanas, com pessoas, educação e a qualidade de vida socioeconômico e cultural. O primeiro órgão é: UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ UNICEF – Fundação das Nações para a Infância/ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o BM – Banco Mundial, esses órgãos financiam e defendem a Educação para todos, de modo a impulsionar as políticas educativas, envolvendo crianças, jovens e adultos, reconhecendo os saberes prévios e o patrimônio cultural de cada grupo, observando-se não apenas o espaço escolar em sua estrutura física, mas todo meio de educação quer seja formal ou informal, considerando o ambiente para a aprendizagem.

Defendia-se, entretanto, que sendo distintos os grupos humanos, suas necessidades básicas também o seriam – inclusive as necessidades básicas de aprendizagem, o que significava obter meios apropriados para satisfazê-las que deveriam variar segundo o país, a cultura, setores e grupos sociais (raça, idade, gênero, cultura, religião, pertencimento territorial entre outros) e também segundo as perspectivas de sua resolução ao longo do tempo. (SHIROMA, 2007, p. 58 apud TORRES).

Ao/a professor/a será oportuno que adeque seus/as alunos/as à norma padrão, mas que não desvalorize o saber cultural dos/as envolvidos/as no processo ensino-aprendizagem. Debates deverão ser postos em discussão, visto as variações linguísticas, por não vivermos em um país monolíngüístico, nossa sociedade é formada pelas diversidades, culturas e realidades diferentes.

As Escolas são formadas por grupos sociais diferentes, e entendemos que as necessidades de aprendizagem também são opostas. Não é justo querer privilegiar uma cultura, pois se assim for a prática de ensino do/a professor/a, ele/a estará negando aos/às educandos/as o direito ao conhecimento e negará também o ensinamento de respeito pelo/a outro/a

Diante de tantos desafios, a escola deve preservar com responsabilidade a identidade cultural e de gênero de todas as crianças que estão devidamente matriculadas. Para tanto, os/as professores/as têm o compromisso de valorizar democraticamente as diversidades, para que tenhamos uma sociedade harmoniosa e capaz de formar cidadãos/cidadãs autônomos/as, conforme a Declaração – Educação para Todos. A Educação é mundializada e portanto, direito de todos/as, não de algumas pessoas brancas, mas sim, também de negros/as e brancos/as, buscando por meio da Educação a construção do conhecimento para a plena qualidade de vida humana com igualdade.

A educação é apresentada como um “trunfo” para a “paz, liberdade e justiça social”, instância capaz de favorecer um “desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico” e apta a fazer “recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras”. (SHIROMA, 2007, p. 66).

No que tange ao direito à Educação para Todos, os órgãos financiadores custeiam a Educação, esperando respostas positivas quanto ao desenvolvimento, aprendizagem de qualidade e eficiência, proporcionando aumento de conhecimento dos/as alunos/as tanto no setor privado como no público. O investimento na Educação trata-se de obter êxitos decisivos nos setores econômicos e pretende-se diminuir a pobreza. Nesse investimento pelos órgãos: UNESCO, UNICEF, PNUD e BM, não declara exclusão de pessoas negras e pobres, então a escola e o corpo docente é responsável, por construir uma consciência de igualdade em sala de aula, para que se construa uma consciência social igualitária de direitos? Temos que considerar que apenas os/as educadores/as não são suficientes para que consigam superar tantos desafios, e proporcionem sozinhos/as tantas transformações.

2.2 – A cidade de Guarabira e a problemática ambiental

A cidade de Guarabira nas palavras do professor Martinho Alves de Andrade, (2012) é o maior e mais importante município da região. Guarabira está localizada no Piemonte da Borborema, Estado da Paraíba, em região de Depressão. É zona de transição entre o Agreste e o Brejo. Na área agrestina, o seu relevo assemelha-se ao do Sertão, com uma vegetação típica de Caatinga. Também está situado entre os Baixos Platôs Costeiros, conhecidos por Tabuleiros e no rebordo do Planalto da Borborema, onde surgem as suas principais serras: Tapado, Quati, Bonfim, Cruzeiro e Mata Limpa, todas com altitudes inferiores a 300 metros. Com essa altitude se destaca a Serra da Jurema, seu pico culminante.

Está a 97 metros acima do nível do mar e segundo dados do IBGE (2013), Guarabira tem uma população estimada em 57.383 pessoas e sua área territorial é de 165,744 km².

Distante 98 quilômetros de João Pessoa, capital do Estado e a 100 de Campina Grande, segunda maior cidade paraibana; a 580 quilômetros de Fortaleza-CE, via Belém e a 700 via Mamanguape; a 165 quilômetros de Natal-RN, via Belém e a 180 quilômetros via Mamanguape e a 200 quilômetros de Recife -PE, via João Pessoa.

Limita-se ao Norte com Pirpirituba e Araçagi, ao Sul com Mulungu e Alagoinha, a Leste com Araçagi e a Oeste com Pilõezinhos e Cuitegí.

É banhada pelo rio Guarabira, com nascentes no vizinho município de Pilõezinhos, sendo alimentado pelos afluentes riachos Curral Picado, Poço Escuro, Poções, Quandú, Tauá e Palmeira.

A história oficial registra que em 1755, chegou à região o português José Gonçalves da Costa Beiriz, fugindo do seu país, onde a 10 de novembro ocorrera um terremoto de proporções catastróficas, matando mais de quarenta mil pessoas, só na cidade de Lisboa.

A designação do lugar, GUIRABIRA ou GUIRAOBIRA vem do tupi-guarani e a sua tradução “moradia dos guarás” “Berço das Garças Azuis”. “A atual cidade de Guarabira, segundo se deduz dos documentos da época, foi fundada neste ano [1694] em terras pertencentes ao Engenho Morgado, de Duarte Gomes da Silveira”. O pequeno povoado tinha o nome de Distrito de Paz – (1832). Em 15 de janeiro de 1837, a Assembleia foi reaberta e o povoado de Guarabira foi elevado à condição de Vila com o nome de Independência, através do Decreto 17, de 27 de abril daquele mesmo ano, para homenagear o fato histórico do Grito do Ipiranga (7/9/1822), protagonizado por D. Pedro I. Em 26 de novembro de 1887, a Lei nº 841, restituiu ao povoado o nome de Guarabira e lhe elevou à condição de cidade.



(Avenida Dom Pedro II no Centro de Guarabira) Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/-iVQi7KfREQs/UR4w6oHOgqI/AAAAAAAAAKo/FUS59QFu98c/s1600/Av-Dom-Pedro-II-ser%C3%A1-recapeada1+-+brejo.jpg>

Diante do processo de modernização apresentado à cidade, se fazia necessário aprimorar a infraestrutura, para que as pessoas guarabirenses e os visitantes pudessem usufruir de uma melhor mobilidade e comodidade. Ocorre que algumas melhorias foram feitas apenas no centro da cidade, enquanto que algumas áreas periféricas, não receberam as benfeitorias das políticas públicas. Algumas famílias moram em lugares íngremes, distantes dos postos de saúde e das escolas públicas, e sequer tem a rede de esgoto construída. O esgoto dos/as moradores/as corre aberto pela rua que não é calçada, e como se não bastasse, ainda vem os dejetos dos/as moradores/as da rua que acima, condicionando esse público a aceitar essa injustiça social, por serem pobres. Essa desatenção por parte dos que administram os recursos públicos, colabora para que esses/essas moradores/as dessas comunidades joguem o esgoto nas ruas. E a falta de agentes de saúde, ou omissão, de orientação, leva essas pessoas a contraírem doenças de várias ordens. Conforme as imagens (números 2, 3, 4, e 5), observem que, próximo a essa comunidade tem algumas residências, e que seus/suas moradores/as desfrutam uma boa infraestrutura. As imagens (2, 3 e 5) são de uma rua vizinha da foto nº 4. A rua da imagem (4), os moradores têm todo sistema de saneamento básico concluído, a rua é totalmente pavimentada, água canalizada, bem como o esgoto. Nesta rua não há água empoçada, nem esgoto aberto, aliás, o que difere da imagem (5), em que o esgoto da casa

vizinha, que é de um micro empresário, deságua na frente das casas dos moradores das imagens (2, 3 e 5). Parece que a sociedade guarabirense vive os anos de 1910/1930, quando na Parayba se vivia a impossibilidade da instalação desses serviços para os pobres, segundo (Chagas, 2004, p. 86) “Adicionado a isso, era comum a água usada correr a céu aberto, denunciando a igual necessidade de esgoto e saneamento.” E a cidade de Guarabira é conhecida e tida como centro comercial, portanto, cidade desenvolvida e moderna. Que modernização e desenvolvimento são esses que se assemelham às décadas de 10 e 30?



Foto Nº 2. Rua sem infraestrutura e sem saneamento básico no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014



Foto Nº 3. Esgoto a céu aberto no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014



Foto Nº 4. Rua ao lado com boa infraestrutura (calçamento, saneamento básico e bem iluminada) no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014



Foto Nº 5. Esgoto a céu aberto no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014

Segundo uma moradora, “Essa rua só é vista no tempo da inleição. Aqui vem todo mundo, eles entram nas casa e promete tudo. Agente se garante e vota. E depoi nem água.” Ainda de acordo com a moradora, até sua água ainda não foi ligada. Ela usa água da casa da vizinha. E quando alguma criança adoece em dias chuvosos, não tem como procurar “doutor”, a ladeira é alta, o barro é “vermei” e escorrega muito.

Na frente de algumas residências, há grades de proteção, são improvisadas, de restos de madeira, para proteger as crianças, pois as casas são construídas próximas a barrancos. Veja fotos números (6 e 7).



Foto Nº 6. Grades improvisadas para proteção no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014



Foto Nº 7. Grades improvisadas para proteção no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014

Em outra comunidade, encontrei pessoas morando próximas ao leito do rio Guarabira. Com o assoreamento do rio, causado pela retirada da mata ciliar e do lixo de todo tipo que é jogado dentro do rio por uma parte da população, e as pessoas passam a construir moradias. Quando há fortes chuvas, as águas ficam sem seu espaço, e essas casas são alagadas, causando transtornos e constrangimentos às famílias. Em alguns casos, vidas são ceifadas. A falta da implantação das políticas de maneira respeitosa causam situações desumanas, e nega a essas pessoas o direito de viver com dignidade na sociedade. Ainda é possível encontrar em nosso município, ruas com grandes volumes de água empoçada, que servem como lugar para atrair diversos insetos causadores de doenças e também como depósito de lixo, inclusive lixo tóxico (lixo tecnológico). Confira imagens números (8, 9, 10, 11, 12 e 13).



Foto Nº 8. Água empoçada no conjunto João Cassimiro. Crédito: Isabel Romão. Bairro: João Cassimiro. 23/03/2014.



Foto Nº 9. Assoreamento do Rio Guarabira no bairro Santa Terezinha. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Santa Terezinha. Rio Guarabira. 23/03/2014



Foto Nº 10. Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Cordeiro. Crédito: Isabel Romão. Rio Guarabira. Bairro: Cordeiro. 23/03/2014



Foto N° 11. Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Nordeste. Crédito: Isabel Romão. Rio Guarabira. Bairro: Nordeste. 23/03/2014



Foto N° 12. Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no Centro da cidade. Crédito: Isabel Romão. Rio Guarabira. Centro. 23/03/2014



Foto Nº 13. Construções próximas ao leito do Rio Guarabira no bairro do Cordeiro. Crédito: Isabel Romão. Rio Guarabira. Bairro: Cordeiro. 23/03/2014

Frente a tantas injustiças sociais, encontramos amontoados de lixo, perto dessas moradias. Interessante que os/as proprietários/as das melhores residências da área, próxima às moradias das pessoas pobres/negras, trazem seus lixos e “metralha”³ das reformas feitas em suas casas, jogam vizinho a essas casas. Há segundo a moradora, **a coleta do lixo residencial**, “mas eles não esperam, e quando vão sair para trabalhar, trazem os sacos com lixo e jogam aqui, ai vai juntando e fica assim”. Observamos na foto nº 14, que um pequeno quarto, onde mora uma família, e os moradores chamam de casa, este estar quase enterrado pelo lixo. E chamo à atenção para a ingenuidade desse povo, que ainda proferem agradecimentos a certo político que ajudou a construir essa “casa”. Na foto nº 15, note que o pôster de energia elétrica estar com alguns metros enterrados pelo lixo e entulhos postos no lugar indevido. No local há ratos, cobras, animais mortos e até sacos com fezes humana. Por que o lixo só é posto próximo às moradias das pessoas pobres? Por que os pobres têm que aceitar esse tipo de agressão, desvalorização e racismo? Por que os pobres não podem colocar sacos de lixo próximo das residências dos ricos? O que aconteceria se isso viesse a ocorrer? Será que os

³ Metralha é uma palavra usada para restos de paus, pedras, entulhos de forma geral.

moradores ricos aceitariam? A essas injustiças sociais devem ser enfrentadas e combatidas para que o cidadão/cidadã possa viver com dignidade e respeito. Veja fotos números (14 e 15).



Foto Nº 14. Lixo e metralha próximo a construções residenciais no bairro do Rosário. Crédito: Isabel Romão.
Bairro: Rosário. 23/03/2014



Foto Nº 15. Lixo e metralha próximo a residências no bairro da Primavera. Crédito: Isabel Romão. Bairro: Primavera. 23/03/2014

Está evidente que em nosso município de Guarabira existe o racismo ambiental, bem como o racismo institucional, e é por isso que a Escola deve desenvolver uma metodologia de ensino, inovador de modo a emancipar os/as alunos/as, formando assim cidadãos/cidadãs pensantes. Ambos racismo ferem a dignidade humana, e nega o direito à mobilidade social. Além dessas problemáticas existentes na cidade de Guarabira, também é necessário que alguns questionamentos sobre transporte coletivo sejam postos em discussão. Guarabira é considerada uma cidade polo, por apresentar um bom desenvolvimento, sobretudo no setor econômico. A cidade recebe todos os dias pessoas das cidades vizinhas, que vêm comercializar (vendendo ou comprando) produtos, e têm reclamado a falta de ônibus coletivo, que possam circular na zona urbana, pois alguns bairros são distantes do centro comercial, e as pessoas não têm opção, por só ter na cidade praças de táxi, que se torna caro, e o poder aquisitivo da população pobre, não lhes permite contratar os serviços dos taxistas, que cobram um valor cartelizado pelas corridas pelo centro da cidade. E se a caso for para contratar serviços de táxi, para os bairros mais afastados, cada motorista cobra o que lhe convier. Ficando assim a pessoa obrigada a pagar valores algumas vezes exorbitantes, de maneira que

chega a explorar injustamente o/a trabalhador/a que necessita do transporte. O transporte ônibus coletivo urbano, seria a proposta viável, pois a passagem seria uma tarifa tabelada, fixa, com reajustes de acordo com as questões salariais do país ou município. E outro benefício, seria que desafogaria o trânsito de automóveis e de pedestres. Pense em quantas pessoas deixariam seus veículos em casa, evitando congestionamentos desnecessários, bem como a poluição ambiental. Outrossim, geraria emprego e renda. Conforme o autor:

Do exposto, observa-se com clareza que o transporte coletivo urbano é um serviço público de caráter essencial e, portanto, de responsabilidade do município. Este não podendo operá-lo diretamente, poderá fazê-lo por meio de concessão ou permissão à empresas privadas. (OLIVEIRA, 2003, p. 42)

O transporte coletivo não é necessariamente obrigado que seja do município, mas este pode permitir que empresas particulares ofereçam esses serviços, desde que contribuam com as obrigações legais do município, e seja capaz de cumprir horários diários e tenha qualidade no serviço. A estrutura física da cidade não impede o bem estar, mas a falta de investimentos públicos, sim.

3 – Gestão escolar e currículo na prática ao respeito à diversidade étnica

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. (Nelson Mandela).

A gestão escolar é muito importante para a realização de uma educação de qualidade, e portanto, não deve ser centralizada. O poder centralizado não apresenta progresso, e educação centralizada em mãos de alguns, certamente não ocorrerá o processo de ensino aprendizagem intelectual, que é o cerne da educação para todos/as. A administração escolar deve ter objetivos intelectuais e humanizadores, mesmo porque a educação tem uma especificidade, que é o desenvolvimento integral das pessoas envolvidas no processo, e não a venda de produtos.

A administração escolar é um conjunto complexo de atividades que criam condições para a integração e o bom funcionamento de grupos que operam em divisão do trabalho. Aí está explícito que a unidade total de tarefas é subdividida em unidades menores e confiadas a pessoas ou grupos que possuem certa autonomia para executá-la. Portanto, quanto mais poderes os indivíduos ou os grupos tiverem para realizar as tarefas, mais descentralizada e democrática será a administração escolar. (MARTINS, 2010, p. 34).

Por meio de uma gestão educacional comprometida com a educação, é possível que os/as professores/as desempenhem um trabalho educativo transformador, de modo que todos os envolvidos nesse processo mantenham um bom relacionamento comunicativo e amigável. É com responsabilidade e compromisso que o progresso e a transformação acontece. A educação transforma vidas por meio do equilíbrio mantido pela escola, gestão e as práticas pedagógicas que darão ao ensino aprendizagem uma qualidade especial educacional.

A tríade, gestão, prática escolar e qualidade de ensino, neste texto, é abordada na perspectiva do terceiro indicador, entretanto, é importante mostrar em que medida e a partir de quais subsídios pensamos a qualidade da educação escolar. (Revista Brasileira – (ARAUJO, 2005, p. 145).

Além da metodologia de ensino e da gestão, devemos também questionar o currículo escolar. Porque é no currículo que contém as atividades a serem seguidas e desenvolvidas, como diz William Pinar (1995) “pista de corrida”, então o currículo é uma pista a ser seguida pelos/as professores/as. Por isso ele deve ser visto cuidadosamente pelos docentes, por nele estarem contemplados conteúdos que devem ser ensinados aos/as educandos/as, daí a ser feita

uma revisão para observar se este currículo atende às necessidades reais dos/as estudantes. Então o que é Currículo? Segundo o autor Silva (2002 p. 12) “Currículo é a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados.”

A proposta negociativa é começar pelas séries iniciais, moldando gradativamente o sujeito da educação a partir do primeiro contato com a escola e os colegas de sala. Temos que considerar as crianças “ser integral”, portanto além de termos a educação como referência para qualidade de vida digna, nas mesmas condições está à questão de saúde plena.

[...] a educação, especialmente a primária e a secundária (educação básica), ajuda a reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fecundidade, melhorando a saúde, e dota as pessoas de atitudes de que necessitam para participar plenamente na economia e na sociedade. (SHIROMA, 2007, p. 74).

A Educação na escola começa cedo, ainda na infância, nas séries iniciais. A implementação das políticas públicas com respeito altero, garantirá a participação de todos/as na educação. O trabalho educativo é comprometedor, esse processo exige a participação de educadores/as qualificados e que atuem com amor e respeito. Mesmo sabendo de tantas dificuldades existentes na educação, ou na gestão, é possível construir uma educação humanizadora e emancipatória, quando a comunidade escolar anseia desconstruir estigmas que alguns tentam internalizar na sociedade.

Apesar de todas as forças contraditórias que possam marcar seu espaço, a escola se constitui como o local institucional de construção humanizadora do ser social e pode servir tanto a uma “forma de resistência a uma suposta condenação quanto à procura por outros horizontes mais equânimes, mais emancipatórios” (CURY, 2008, p. 149).

Na concepção das propostas pedagógicas, deve estar inserida a aprendizagem das diversidades socioculturais, o desenvolvimento e o reconhecimento dos saberes prévios, inclusive os saberes infantis, apoiando o direito ao estudo escolar formal ou não.

O fato de reconhecermos a importância da oferta educacional a todas as crianças até 7 anos não irá garantir mudanças estruturais nas suas condições de vida, é importante repetir. Assim se por um lado, uma educação democrática considera a criança enquanto cidadã com direitos que devem ser assegurados, por outro, esta visão não pode ser enfraquecida por um assistencialismo e mesmo por um paternalismo que mitifique os poderes da educação, encarando-a como panacéia para todos os males de uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais. (KRAMER, 2006, p. 131).

A desigualdade social, o preconceito e o racismo tem sido por algumas vezes vistos em sala de aula, e aquele/a que fora atingido/a, é olhado/a com desdém, ignorando a atitude do outro para com o outro, como se existisse nesse meio um/a que merecesse ser desprezado e outro valorizado. Esse método de tratamento é desconsiderado por todos/as que consideram e defendem o respeito e a igualdade. Em uma aula preparada por mim, na sala do 5º ano, enquanto bolsista, sobre diversidades de gêneros, um colega no meio da aula gritou com uma colega – “Sai do meio, cabelo de espeta caju, cabelo de bombril.” Chamei os dois, o menino e a menina para a frente do quadro e comecei a perguntar para todos/as o que havia de igual no/a aluno/a. Todos/as respondiam. Depois perguntei o que havia de diferente. E todos também respondiam. Ao final da prática, fomos esclarecendo que somos diferentes, temos históricos familiares diferentes, mas somos iguais porque somos gente. A partir dessa prática, os/as próprios/as alunos/as combatiam essas atitudes preconceituosas e racistas, quando algum/alguma deles/as tentavam agredir um/a ou outro/a. Daí a importância de se inserir nos currículos escolares esses temas ora em discussão.

Os cabelos crespos das crianças afro-descendentes são identificados como cabelo “ruim”, primeiro pelas mães, que internalizam o estereótipo; e, na escola, pelos coleguinhas, que põem os mais variados apelidos nas trancinhas e nos cabelos crespos ao natural. (SILVA, 2005, p. 28).

Essa ótica preconceituosa e racista dentro da escola gera um entendimento como se uma pessoa fosse real e necessária à sociedade, enquanto a outra de nada tem valor e tampouco representa significado na construção social. Mas para não dizer que a pessoa negra não é respeitada, tolera-se, permitindo participação nas práticas escolares e sociais, apenas para não ficar de fora, e a isso não podemos dizer ou chamar de respeito. Segundo o autor Siqueira (2003), em seu artigo – “Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo Outro?”

Sob esta ótica o multiculturalismo encoraja o crescimento da tolerância, mas, tolerar, não significa acolher, não significa envolvimento ativo com o Outro. Tolerância, é reconhecimento simplificado do Outro, é reforço do sentimento de superioridade; significa suportar a existência do Outro e de seu pensamento/ação diferentes.

No processo educacional, o/a educador/a precisa estar atento/a a várias situações de respeito ou desrespeito, pois as atitudes dessa natureza não se apresentam apenas na cor da

pele, no cabelo, capacidade de pensar ou condição social de privilégio, até na fala, no modo de se expressar, pode ocorrer que o/a aluno/a venha a ser discriminado/a. Em sendo observado alunos/as serem hostilizados/as no espaço educativo em especial, compete ao/a professor/a esclarecer que as realidades de convivência de cada criança é diferente, as comunidades apresentam culturas diferentes, inclusive na fala. E à escola e aos docentes cabe a responsabilidade de criar meios para debater e combater essa prática preconceituosa e racista, de considerar que sua fala é bonita e correta. Considera-se que essa desigualdade social de variações linguística, tratada com desdenho ao outro, passa a ser uma agressão preconceituosa, em que alguém quer colocar em evidência sua cultura, desconhecendo as diversidades culturais e querendo deixar em posição de única e certa a sua cultura. Conservar e considerar as culturas enfatiza as identidades.

Essas diferenças tendem a se conservar devido ao acesso limitado à ampla e efetiva escolarização. A escola é uma força corretiva e unificadora da língua. Nos países onde a alfabetização é universal há muitas décadas, as variedades populares não desapareceram, pois existem fatores psicossociais que favorecem sua conservação. (BORTONI, 2005, p. 23).

A gestão escolar não está apenas para administrar sob ordens e determinações para os/as professores/as, mas para também combater e enfrentar situações adversas que venham a surgir na escola. Na Escola é impossível não existir diversidade de culturas, e nesse sentido, a gestão tem que estar preparada para fomentar o respeito pela alteridade. A democracia nos permite viver nos espaços escolares de acordo com a nossa cultura, e construindo meios para que aprendamos a conviver com as diferenças de modo harmonioso. Entendo que a gestão deve ser participativa e democrática, assim certamente acontecerá o favorecimento à aprendizagem, bem como o desenvolvimento intelectual dos/as envolvidos/as no ensino.

Diante do exposto em que várias mudanças e medidas foram tomadas entendo, que toda gestão deve ser democratizada, quero dizer descentralizada, pois assim será possível a participação dos atores da educação na organização desse processo, bem como nas políticas públicas em que os indivíduos/as inseridos/as buscam autonomia para solucionar seus problemas.

Nessas reformas, as medidas descentralizadoras vêm acompanhadas da noção de democracia participativa como envolvimento dos atores sociais na implementação ou execução das políticas públicas, sobretudo educacionais. (DOURADO, 2009; p. 20).

É preciso que ocorra uma ruptura entre o entendimento do que seja a gestão democrática descentralizada e uma gestão centralizada no poder. Segundo Dourado, (2009); “A descentralização veio como mecanismo de distribuição de poder e responsabilidades, (...)”, visando o não acúmulo de atividades, para descentralizar o poder, que faz com que as pessoas se sintam com poderes tomem de atitudes, sejam elas arbitrárias ou não. E conforme Ferreira, (2010); “Poder – Direito de deliberar, agir e mandar.”

Não necessitamos em nossas escolas de pessoas que detenham o poder para deliberar, mas de pessoas que entendam a gestão como democrática e participativa, distribuindo responsabilidades para que objetivos educacionais positivos sejam atingidos.

Considerações

É imperioso que a escola na qual eu estagiei e outras escolas adequem o seu funcionamento à realidade social. Em meio a essa problemática, há também que se levar em consideração a questão do/a educador/a quanto à sua formação. O/a professor/a sendo mediador deve criar meios para que suas aulas sejam agradáveis e prazerosas.

Portanto, é necessário repensar na metodologia a ser aplicada em sala de aula. Criar uma metodologia de ensino que promova a diversidade, o respeito ao diferente, a expressão plural, autonomia e a criticidade dos/as educandos/as, pois cada aluno/a presente na sala de aula carrega, têm seus próprios valores, que devem ser respeitados e considerados, construindo e pensando na alteridade. Não é direito nem justo que se coloquem pessoas em situação constrangedora por sua origem social, afinal, estamos em um país de diversidade.

Ressalto que a gestão escolar não pode ficar ausente diante das questões sociais, deixando que o/a educador/a e os alunos/as participem entre si na sala de aula das problemáticas sociais, sem a sua efetiva participação.

Com este trabalho pretendo contribuir para o desenvolvimento da educação, não apenas no espaço referência – escola, mas, inclusive, na academia, onde o conhecimento científico é estudado, pesquisado e comunicado à sociedade. A intenção é provocar e fomentar a reflexão e discussão de temas como estes, de maneira que os mesmos sejam inseridos na metodologia de ensino das escolas, e que promovam por meio da democracia, da igualdade social, o direito de se ter nas instituições escolares, conteúdos que levem os/as alunos/as a questionarem sua condição social, enquanto cidadão/ã, com igualdade de direito social.

Pesquisar sobre estas questões é necessário, por que alguns/algumas educadores/as não consideram as mesmas como importantes para a educação e formação do/a educando/a, quando na verdade, é preciso levar aos/às estudantes essas informações, que certamente os/as farão compreender e conhecer a História que nos foi negada. E que por este motivo, nos livros didáticos ela (a História) ainda vem escrita de maneira sucinta, condicionando ao conhecimento reduzido.

Também ressalto a importância da Justiça Social, de modo a garantir a esse povo o pleno acesso nas Instituições Públicas, não por tolerância, e sim, por respeito e igualdade de direito. Portanto, cabe a nós enquanto educadores/as com perspectivas emancipatórias, pesquisar e trabalhar a nossa História de negros/as, índios/as, e não permitir a folclorização da nossa história com demonstrações apenas em datas comemorativas ou momentâneas, sendo esquecida em seguida ao final das apresentações e no percurso do ano letivo.

Almejo que o estudo e a divulgação deste trabalho, possa contribuir para a formação docente de muitos/as alunos/as da academia, e que as escolas sejam contempladas com revisões em sua metodologia de ensino e nas práticas pedagógicas, e mais, que a gestão escolar possa ser parceira e flexível às propostas educativas, para que se possa formar uma sociedade de pessoas pensantes, reflexivas, críticas, flexíveis às diversidades, construindo assim, uma sociedade com justiça, respeito, alteridade e igualdade.

Referências

ABDIAN, Graziela Zambão / Elianeth Dias Kanthack Hernandes. In: **Revista Brasileira de política e administração da educação**. Concepções de gestão e vivência da prática escolar democrática. v. 28, n. 1 Jan/Abril: 2012/UFPE.

BORTONI, Ricardo. Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?:** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BULLARD, Robert. **Ética e racismo ambiental** – Janeiro; 2005. Disponível em: <<http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html>>. Acessado em: 19 de janeiro de 2014.>>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Pluralidade Cultural 1ª parte. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. – **Lei Nº 10.639/03** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>>. Acessado em: 2/2/2014

_____ **Lei Nº 11.645/08** Disponível em: <<<http://www.leidireto.com.br/lei-11645.html>>>. Acessado em: 2/2/2014

BRASIL. LDBEN. **Lei Nº 9.394/96.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>>. Acessado em: 2/2/2014

CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização na Cidade da Parayba nas décadas de 1910 a 1930 / Waldeci Ferreira Chagas. Recife, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo. Cortez, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação no Brasil: Novos marcos regulatórios.** São Paulo: Xamã, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa/ – 8. ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, Ivonildes da Silva Fonseca. Movimento negro da Paraíba: breve histórico. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da (orgs). **População negra na Paraíba.** Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido. In: 4 – **Ser professor na sociedade aprendente.** São Paulo. Cortez, 2002.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação brasileira**. São Paulo. Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória – **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização Cívica no Brasil – Contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino, **A Mulher Negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilla Beatriz Gonçalves e. (orgs) O desafio da diversidade. In: **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13 – 33

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso?** Disponível em:

<<http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/Racismo_3_ambiental.pdf>>

Acessado em: 2/2/2014

IBGE. Disponível em: <<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250630>>>

Acessado em: 2/2/2014

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. – **Cultura: um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LIMA, Mônica. Enfrentando os desafios: a história da África e dos Africanos no Brasil na nossa sala de aula. In: TRINDADE, Azoilda Loretto, Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]: Salto para o Futuro / organização **Cap.3 (XIII) Enfrentando os Desafios: A História da África e dos Africanos no Brasil na Nossa Sala de Aula**. Mônica Lima. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. Vários autores.

LÓPEZ, Laura Cecília. Artigo – **O conceito de racismo institucional aplicações no campo da saúde**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>>>
Acessado em: 8/12/2013.

MARTINS, José do Prado. **Gestão Educacional: Uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

MATOSINHO, Eduardo. A importância da escola sociológica de Chicago e a obra de William Thomas. Disponível em: <<<http://vivendocidade.com/a-importancia-da-escola-sociologica-de-chicago-e-a-obra-de-william-thomas.>>> Acessado em: 17 de abril de 2014.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

PACHECO, Tânia. Combate ao racismo ambiental, 2014. Disponível em: <<<http://racismoambiental.net.br>>>. Acesso em: 22 de março de 2014

ABDIAN, Graziela Zambão / Elianeth Dias Kanthack Hernandes. In: **Revista Brasileira de política e administração da educação.** Concepções de gestão e vivência da prática escolar democrática. v. 28, n. 1 Jan/Abril: 2012/UFPE.

SALES JR, Ronaldo. Racismo Institucional – uma abordagem conceitual. Geledés. Instituto da Mulher Negra. **Parte 1. Racismo Institucional e de Gênero. Racismo Institucional. Trabalho preliminar apresentado ao Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, FIG, 2011.** Disponível em: <<<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional.>>> Acessado em: 20 de janeiro de 2014.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica.** 12 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** Salvador: Centro Editorial e Didático/UFBA, 1995. 107p.

SILVA, Josenilton et al. A promoção da igualdade racial em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional. In: JACCOUD, Luciana. (org). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos anos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Martiniano J. Origens, Modalidades Formação de Racismo. Disponível em: <<http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=133&id_indice=650>> Acesso em: 25 de junho de 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola.** 2ed.rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p.101-115

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo.** 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. 4ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. “**Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo Outro?**”. Publicado no Jornal “A Razão” em 26.06.2003. Disponível em: <<www.angelfire.com/sk/holgonsi/multicultura.html>>. Acessado em: 28/09/2013.

ZÉ Ramalho. “**O Meu País.**” Composição de: (Orlando Tejo, Gilvan Chaves, Livardo Alves) – 1998. Disponível em: <http://letras.mus.br/ze-ramalho/400344/>. Acessado em: 2/2/2014.